

# ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO DO CEARÁ

---

## Sessão ordinária do dia 5 de janeiro de 1968

Aos cinco dias do mês de janeiro de 1968, às 16 horas, na sede do Instituto do Ceará, rua Barão do Rio Branco 1594, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto do Ceará, sob a presidência do Presidente efetivo Renato Braga.

A sessão contou com a presença de Luís Sucupira, Boanerges Facó, Jôsa Magalhães, Hugo Catunda, José Bonifácio de Sousa, João Hipólito e Francisco Alves de Andrade que, a convite do Presidente, secretariou os trabalhos da mesma.

Lida e aprovada a ata da sessão, foi apresentado o expediente que constou de várias cartas e ofícios recebidos.

O Presidente faz votos de felicidades a todos os membros do Instituto para o ano que se inicia e, reportando-se às atividades do ano anterior, cujo levantamento a Secretaria realizou, considera que o Instituto do Ceará está de parabéns, pois foram alcançados reais sucessos, quer nos estudos e trabalhos publicados, quer quanto à instalação em nova sede definitiva, abrindo-se caminho a mais completa reorganização.

Luís Sucupira pede que se considere como pertinente aos reais sucessos das atividades a que se referiu o presidente Renato Braga, o aparecimento do livro **Agronomia e Humanismo** — Problemas de política Econômica e Educacional Agrária, — estudo de autoria do consócio Francisco Alves de Andrade, Professor, Catedrático da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará. Diz que o livro em aprêço veio na oportunidade atender às exigências culturais do nosso tempo. O Presidente, manifestando-se a respeito, diz que o Instituto faz o registro com muita satisfação.

O Presidente comunica que a sessão do dia é especialmente dedicada ao Barão de Studart. Diz que o espírito do criador dessa homenagem tradicionalmente prestada ao grande vulto da historiografia brasileira no Ceará foi não só homenagear o Barão de Studart mas os seus ilustres companheiros que, à frente do Instituto, trabalhavam pela História, Geografia e Antropologia do Nordeste e especialmente do Ceará. Os companheiros do Barão de Studart avultam como grupo ilustradíssimo.

A este respeito, manifestam-se igualmente Boanerges Facó, Hugo Catunda, lembrando aspectos interessantes do trabalho dos demais Presidentes, entre os quais, Paulino Nogueira, Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Pompeu Sobrinho, o Presidente Perpétuo recentemente falecido. Pompeu de Sousa Brasil e Pompeu Sobrinho, o Presidente Perpétuo recentemente falecido.

Em memória do Barão de Studart e dos seus sucessores, foi pedido um minuto de silêncio.

José Bonifácio, focalizando as atividades de Tomáz Pompeu Sobrinho à frente da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sécas, requer que o Instituto do Ceará se dirija, mediante ofício à autoridade competente, no sentido de que seja dado a um dos açudes construídos pelo D.N.O.C.S., ou I.F.O.C.S. o nome de Pompeu Sobrinho, a exemplo do que foi feito com Orós, hoje, Arrojado Lisboa, e outros açudes que guardam a memória dos ilustres diretores das Obras Contra as Sécas.

A proposta foi aceita e aplaudida por unanimidade dos presentes, determinando o Presidente que se fizesse o expediente a respeito.

Francisco Alves solicita um voto de pesar pelo falecimento do farmacêutico Fernando Benevides, recentemente falecido, personalidade marcante por seus trabalhos sociais tendo exercido a função de Presidente do I.P.E.C., Diretor do Arquivo Público e do Clube dos Diários em Fortaleza, proposta que foi aceita pelos presentes.

Renato Braga tece algumas considerações sobre a **História do Brasil** de Frei Vicente do Salvador, destacando interessantes aspectos.

E nada mais tendo sido tratado encerrou-se a sessão, da qual eu, Francisco Alves de Andrade, a convite do Sr. Presidente, lavrei a presente ata.

#### Sessão ordinária de 22 de janeiro de 1968

Aos 22 de janeiro de 1968, às 16 horas, em sua nova sede, na Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará a sua segunda sessão mensal, com a presença dos seguintes sócios efetivos: José Bonifácio de Sousa, Djacir Menezes, João Hípólito Campos, Fernandes Távora, Paulo Bonavides e Francisco Alves de Andrade.

Na ausência do Presidente efetivo, Renato Braga, que não compareceu em virtude de outra reunião do Congresso Nacional de Botânica a que era obrigado o seu comparecimento como Vice-Reitor da Universidade, a sessão foi presidida por José Bonifácio.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Presidente dirigiu uma saudação ao ilustre sócio Djacir Menezes, recentemente chegado do Rio de Janeiro, cuja presença, constituía então para a Casa motivo de alegria. O professor Djacir Menezes agradece a saudação da Presidência do Instituto, dizendo da sua satisfação de sempre quando vem a Fortaleza não faltar a qualquer reunião do Instituto do Ceará, dado o convívio feliz da Casa do Barão de Studart. E logo faz uma comunicação referente à Conferência realizada no Rio de Janeiro, no Conselho Econômico da Confederação do Comércio, pelo consócio Paulo Bonavides, sobre assuntos de Direito Administrativo e Ciência Política no Brasil, a qual causou a melhor impressão, dada a proficiência e fundamentação da matéria estudada pelo ilustre conterrâneo, Catedrático da nossa Faculdade de Direito no Ceará.

O Presidente relembra fatos relacionados com a vida do saudoso consócio Ismael Pordeus, dedicado pesquisador da Historiografia do Ceará, competente funcionário do Estado, tendo exercido a direção de vários serviços em repartições públicas. Sugere que o Instituto se dirija ao Governo do Estado no sentido de que seja instituída uma pensão vitalícia para a família do servidor falecido, o qual dedicou a sua vida e trabalhos à causa do serviço público. A matéria foi em seguida posta em discussão, tendo sido a proposição aprovada com a sugestão de Paulo Bonavides no sentido de que uma Comissão do Instituto do Ceará fizesse entrega ao Governador do Estado do ofício relacionado com a concessão. E nada mais tendo sido tratado, encerrou-se a sessão, da qual, eu, Francisco Alves de Andrade, convidado para secretariar os trabalhos, fiz a presente ata.

**Sessão ordinária de 5 de fevereiro de 1968**

Aos cinco de fevereiro de 1968, às 16 horas, na sede do Instituto do Ceará, Praça do Carmo 1594, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto do Ceará, presidida pelo Presidente efetivo Renato Braga, tendo comparecido os seguintes sócios: general Raimundo Teles Pinheiro, sócio correspondente, em visita ao Instituto e os sócios efetivos José Aurélio Câmara, Luís Sucupira, Boanerges Facó, Luís Teixeira Barros, Djacir Menezes, José Guimarães Duque, José Bonifácio de Sousa, João Hipólito Campos de Oliveira e Francisco Alves de Andrade, que, convidado pela presidência, secretariou os trabalhos.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior, bem assim o expediente que constou de uma comunicação de livros recebidos. O Secretário leu também o ofício dirigido ao Sr. Governador do Estado, em que o Instituto solicita uma pensão vitalícia para a família de Ismael de Andrade Fordeus, sócio falecido do Instituto do Ceará.

João Hipólito lê o seu trabalho referente aos principais centenários no ano de 1968, indicando entre os relacionados os seguintes: padre Antônio Tomás, mons. João Alfredo Furtado.

Pediu a palavra o consócio Luís Barros que fez a palestra do dia, abordando o tema: estudo do fato histórico. Na opinião do dedicado estudioso da historiografia brasileira o histórico está inserido num conjunto e não deve ser examinado de um modo isolado e independente, nem que se veja o geral.

Citando fatos históricos da Abolição da escravatura, da Independência e outros em apóio da tese indicada, Luís Barros considera que a Abolição como a Independência tiveram lugar nas datas assinaladas apesar das resistências posteriores que nem por isso podem ser apontadas como fato histórico para negar as datas precisas de sua efetivação. A palestra de Luís Barros foi entrecortada de comentários dos sócios presentes, que teceram considerações sobre o mesmo tema.

Aurélio Câmara falando sobre fatos relacionados com a vida do brigadeiro Sampaio e Guerra do Paraguai, lembra a oportunidade da aquisição do arquivo sobre a guerra do Paraguai, pertencente ao general Sampaio, atualmente na Biblioteca da Cidade do Rio Grande, sendo oportuno um movimento do Instituto, no sentido de que o Ceará adquira aqueles documentos. A proposição foi aprovada pela opinião da maioria dos sócios presentes.

Luís Sucupira pede a Djacir Menezes que faça uma exposição sobre as ocorrências relacionadas com a recente colação de grau no Instituto de Filosofia de que o professor Djacir é diretor.

O professor Djacir Menezes dá então o seu testemunho sobre as reais ocorrências, restabelecendo a verdade em torno dos fatos inveridicamente veiculados pelo noticiário da imprensa.

O general Raimundo Teles Pinheiro, sócio correspondente, pediu a palavra para agradecer a proposta que lhe fizeram para sócio correspondente do Instituto do Ceará, tendo o presidente Renato Braga enaltecido os trabalhos do general Teles, como um dos dedicados estudiosos das nossas fontes históricas especialmente no Cariri cearense, e além do mais, sendo um dos amigos do Instituto do Ceará, merecedor de fazer parte efetiva do seu grêmio, o que foi agradecido pelo sócio correspondente que visita o Instituto.

E nada mais tendo sido tratado encerrou-se a sessão da qual foi lavrada a presente ata.

**Sessão ordinária de 20 de fevereiro de 1968**

Aos 20 dias do mês de fevereiro, às 16 horas, na sede do Instituto do Ceará, em sessão presidida por Renato Braga, compareceram os sócios

José Bonifácio de Sousa, Guimarães Duque, Jôsa Magalhães, João Hipólito Campos de Oliveira, Luís Sucupira, José Aurélio Câmara, gen. Raimundo Teles Pinheiro, sócio correspondente, e Francisco Alves de Andrade, que, na ausência dos Secretários em exercício, foi convidado para secretariar os trabalhos.

Aberta a sessão foi lida e aprovada a ata da reunião anterior, após o que foi lido o expediente.

Aurélio Câmara indaga a respeito da solenidade que deverá ser prestada em memória do ex-presidente Pompeu Sobrinho, falecido, para a qual foi incumbido de fazer o discurso o sócio Renato Braga.

O presidente Renato Braga declara que somente em abril poderá fazer o discurso que depende de estudos a fazer sobre a personalidade de Pompeu Sobrinho, a qual guarda diversos aspectos de suma importância para a história cearense, em virtude dos diversos trabalhos que o mesmo escreveu, tão profundos e vários que requerem algum tempo para as considerações que deseja fazer.

José Bonifácio comunica que o governador Plácido Castelo acolheu com muito interesse a indicação de que fôsse dado ao Açude Choró o nome de Pompeu Sobrinho. Lê e pede a transcrição em ata, o que foi aprovado unânimemente do seguinte telegrama do mesmo governador ao Ministro dos Organismos Regionais, gen. Afonso de Albuquerque Lima:

“General Afonso Albuquerque Lima  
Ministro dos Organismos Regionais (?)  
Brasília (?)

Cientificando de que o Instituto do Ceará, a que me honro de pertencer, encaminhou memorial ao DNOCS sugerindo denominação “Açude Pompeu Sobrinho” ao reservatório federal construído em 1932, no rio Choró município de Quixadá — venho manifestar a V. Exa. meu inteiro apoio àquela feliz iniciativa, justa homenagem ao ilustre profissional recentemente falecido, a quem a antiga Inspetoria de Sêcas confiou projeto e construção referido açude e numerosos outros, tendo-lhe confiado também os mais elevados postos técnicos e administrativos. Pt. Homenagem a Pompeu Sobrinho também se legitima pelos altos méritos culturais desse ilustre cearense proclamados em todo País e por sua memorável preocupação e esforço em prol da vitalização econômica desta região, sagrando-se assim autêntico precursor da atual arrancada para o desenvolvimento regional, tarefa em boa hora confiada à superior orientação do nosso eminente Ministro Pt. Atenciosas saudações — Plácido Aderaldo Castelo, Governador Ceará.

(Fortaleza, 19.2.1968)”

Ainda com a palavra, José Bonifácio comunica haver assistido com satisfação a solenidade em que o Governo do Estado do Ceará fez o lançamento de mais uma importante Monografia do Sócio José Guimarães Duque, publicada pela CODAGRO sobre Conservação de Forragens e Alimentos Para o Gado. Trata-se de um trabalho objetivo em que divulga práticas calçadas em observações científicas ou acôrdo com a realidade nordestina. Pede que em ata seja lavrado um voto de congratulações.

Renato Braga secunda a indicação formulada, falando no seu nome e em nome dos agrônomos do Instituto do Ceará. Diz que os estudos de Guimarães Duque confirmam as riquezas de pastagens para os rebanhos no Nordeste, o que o eminente agrônomo verificou com proficiência, pondo ao alcance de todos, as pesquisas por êle e suas equipes realizadas, de alto interesse para a nossa economia.

O professor Guimarães Duque agradece sensibilizado, aquela manifestação dos seus colegas do Instituto, salientando o empenho do General Raimundo Teles Pinheiro na publicação do aludido trabalho.

Finalmente o gen. Raimundo Teles Pinheiro pede a palavra para tecer considerações em torno dos trabalhos de Guimarães Duque, que a CODA-GRO tem a honra de publicar. E nada mais tendo sido tratado encerrou-se a sessão da qual foi lavrada a presente ata.

#### Sessão ordinária de 4 de março de 1968

Aos quatro de março de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária referente ao mês em curso, a qual se destinava, como ocorre neste dia, anualmente à comemoração de seu aniversário de fundação e, nos anos pares, à eleição de sua Diretoria, de seu Conselho e de suas Comissões. Presidiu-a seu presidente em exercício Renato Braga, que convocou para servir de 2.º secretário, na ausência de seu ocupante efetivo, o sr. João Hipólito e convidou a tomarem assento à mesa os srs. general Raimundo Teles Pinheiro e José Figueiredo Filho.

O sr. presidente chamou a atenção para o significado especial desta sessão, em que se comemorava mais um aniversário de fundação do Instituto e em que se procedia à eleição de sua Diretoria, Conselho e Comissões para o biênio 1968-1970.

Feita a chamada dos sócios do Instituto, dos quais 31 (trinta e um) residentes nesta capital e 3 (três) ausentes do Estado, cujos nomes são os constantes da relação anexa, votaram os 18 (dezoito) abaixo enumerados por ordem alfabética:

Carlos Studart Filho  
Clodoaldo Pinto  
Francisco Alves de Andrade e Castro  
Fran Martins  
Hugo Catunda  
João Batista Saraiva Leão  
João Hipólito Campos de Oliveira  
Jósa Magalhães  
José Aurélio Saraiva Câmara  
José Bonifácio de Sousa  
José Denizard Macédo de Alcântara  
José Guimarães Duque  
José Parsifal Barroso  
Luiz Cavalcante Sucupira  
Luiz Teixeira Barros  
Manuel do Nascimento Fernandes Távora  
Misaél Gomes da Silva  
Raimundo Renato de Almeida Braga

O sr. presidente designou o sr. José Denizard Macédo de Alcântara para, juntamente com o 2.º secretário *ad hoc* João Hipólito Campos de Oliveira, funcionar como escrutinador, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Para a Diretoria —

Presidente, Carlos Studart Filho, 11 (onze) votos; Luiz Cavalcante Sucupira, 3 votos; Renato Braga, 2 votos; Raimundo Girão, 1 voto e em branco, 1 voto;

Vice-presidente, Renato Braga, 10 (dez) votos; José Guimarães Duque, 7 votos e Hugo Catunda, 1 voto;

Primeiro Secretário, José Aurélio Saraiva Câmara, 13 (treze) votos; José Bonifácio, 2 votos; Francisco Alves de Andrade, 1 voto; João Hipólito, 1 voto, e Mozart Soriano Aderaldo, 1 voto;

Segundo secretário, João Hipólito, 17 (dezessete) votos e Manuel Albano Amora, 1 voto;

Primeiro tesoureiro, Luís Sucupira, 15 (quinze) votos; Francisco Alves, 1 voto; Luiz Barros, 1 voto e Raimundo Girão, 1 voto;

Segundo Tesoureiro, Florival Seraine, 16 (dezesseis) votos e José Bonifácio de Sousa, 2 votos;

Primeiro orador, Mozart Soriano Aderaldo, 16 (dezesseis) votos; Francisco Alves, 1 voto e José Denizard, 1 voto;

Segundo Orador, Hugo Catunda, 15 (quinze) votos; Paulo Bonavides, 2 votos e José Denizard, 1 voto.

Para o Conselho Superior — Manuel do Nascimento Fernandes Távora, 18 votos; Antônio Martinz de Aguiar e Silva, 17 votos; Antônio Martins Filho, 17 votos; Misael Gomes, 17 votos; Boanerges Facó, 16 votos e João Batista Saraiva Leão, 16 votos, sendo sufragados também Clodoaldo Pinto, José Aurélio, José Guimarães Duque, Mozart Soriano, Plácido Aderaldo Castelo e Raimundo Girão, todos com 1 voto.

Para as Comissões —

Comissão de Antropologia: Carlos Studart, Djacir Menezes, Florival Seraine, Jôsa Magalhães e Manuel Eduardo Pinheiro Campos, todos com 18 votos;

Comissão de Geografia: Francisco Alves, João Hipólito, Paulo Bonavides, Plácido Castelo e Renato Braga, todos com 18 votos;

Comissão de História, Hugo Catunda, José Aurélio, José Bonifácio e Raimundo Girão, todos com 18 votos; Clodoaldo Pinto, 17 votos, sendo sufragado também Luiz Barros com 1 voto.

Renato Braga proclamou empossados os candidatos vitoriosos, adiantando que o novo presidente, por ser o secretário-geral do Instituto, poderia optar pelo atual cargo, para que fôra eleito pelos presentes, ou permanecer na função antiga, em que se tornara perpétuo pela consagração também de seus pares.

Em seguida, o Sr. Presidente anunciou a visita de José de Figueiredo Filho, que estava acompanhado de sua esposa, dizendo que êle era muito bem-vindo à Casa de Barão de Studart. Após salientar que só se fará bem a história do Brasil, no dia que se fizer bem a história dos municípios, declarou que homens como José de Figueiredo Filho nos estavam trazendo ao conhecimento figuras históricas de atividade municipal.

Facultada a palavra, usou-a Figueiredo Filho para agradecer a manifestação prestada à sua pessoa, ressaltando que a recebia como uma homenagem à sua cidade. Acrescentou que trazia do Crato a mensagem de valorização do interior, que já começava a impressionar os meios cultos do país. Finalizou suas palavras, formulando um convite aos membros do Instituto para comparecerem à sua posse na próxima segunda-feira, 11 de março, na Academia Cearense de Letras, onde seria recebido pelo consócio Martins Filho.

E, como nada mais houvesse a tratar, o sr. presidente encerrou a sessão, tendo eu, João Hipólito, 2.º secretário *ad hoc*, lavrado a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

#### Sessão ordinária de 20 de março de 1968

Aos vinte dias de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a o vice-presidente Renato Braga, servindo de secretário o novo titular João Hipólito. Compareceram também à reunião Francisco Alves, Joaquim Braga Montenegro, José Bonifácio de Sousa, José Denizard Macêdo de Alcântara, Luiz Cavalcante Sucupira, Luiz Teixeira Barros, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, cônego Dr. Misael Gomes da Silva e Raimundo Girão, ao todo 11 (onze) associados.

Renato Braga empossou, como Presidente do Instituto o sr. Carlos Studart Filho, posse que, ao contrário da dos demais eleitos no prélio de 4 de março, não ocorreu na sessão passada. O ex-Presidente salientou que Carlos Studart Filho assumia a presidência, ocupando um cargo, aliás, o mais alto do Instituto, que já fôra honrado por seu tio — Barão de Studart.

Carlos Studart Filho observou que, antes de investir-se nas elevadas funções, devia fazer o relatório geral da administração passada, como seu secretário-geral. Leu então minucioso trabalho de suas atividades na secretaria-geral, sendo muito aplaudido.

Depois acrescentou:

“Assumindo a presidência do Instituto do Ceará, cargo para o qual fui eleito por dois anos, quero, desde logo, agradecer a meus ilustres consócios mais esta honraria que houveram por bem conceder-me.

Tôda vez que, em virtude de circunstâncias fortuitas, tenho sido chamado a dirigir os trabalhos das sessões plenárias desta Casa, expresse sempre, com maior sinceridade, o meu espanto e o meu constrangimento em ter de presidir uma assembléia de tão altos valores mentais, como são os que, habitualmente, aqui se reúnem.

Assim, senhores, bem podeis imaginar o meu estado dalma, as variadas emoções que me empolgam, ao encontrar-me pela primeira vez, na presidência efetiva do Instituto, mormente quando bem avalio as razões predominantemente sentimentais que determinaram a minha eleição.

Não sou, na verdade, nenhum vulto exponencial das nossas letras, nem ocupo, à maneira de tantos de vós, egrégios consócios, posição de relevância na sociedade cearense. Considero-me apenas um estudioso das coisas do passado e um grande e dedicado amigo da associação ilustre a que pertencemos. Assim, tenho por certo que o amor e devotamento, com que procuro servi-la, foram as causas que ditaram a vossa preferência pelo meu nome. Dêste modo compreendendo, prometo esforçar-me para que o Instituto continue a manter a posição destacada que sempre tem ocupado no meio cultural cearense. Tudo farei ainda para que reine, entre nossos consócios, o espírito de cooperação, a cordialidade e o mútuo respeito que tem sido das mais fortes e louváveis características do Instituto do Ceará.”

Na qualidade de tesoureiro da gestão anterior, o sr. Luiz Teixeira Barros prestou contas de sua atuação, dizendo que lamentava deixar a tesouraria em situação tão apertada. Permittia-se solicitar ao consócio José Bonifácio, ora respondendo pela Secretaria da Fazenda do Ceará, o pagamento da subvenção estadual destinada ao Instituto.

José Denizard Macêdo esclareceu que a Universidade do Ceará havia consignado, no orçamento dêste ano, 23 (vinte e três) mil cruzeiros novos para o Instituto.

José Bonifácio respondeu, com relação ao apêlo que lhe foi formulado por Luiz Barros, que era tão difícil ser secretário da Fazenda num Estado pobre como o Ceará quanto ser tesoureiro de uma sociedade carente de recursos como o Instituto.

Ainda na parte de comunicações, Raimundo Girão informou que foi criado, em Juazeiro, no Ceará, o Centro Joazeirense de Cultura resultante do movimento que está promovendo a Secretaria sob sua direção para levar a cultura ao interior do Estado. Adiantou que era portador de um convite do prefeito de Juazeiro e do presidente da novel entidade para que o Instituto se fizesse representar na inauguração do Centro de Cultura de Juazeiro, no dia 24. Foi designado, como representante do Instituto à solenidade inaugural daquele centro, o sr. Braga Montenegro, que agradeceu sua designação.

Raimundo Girão concluiu manifestando sua alegria em face do relatório apreentado pelo consócio Carlos Studart Filho. Congratulou-se com o seu colega pelo relatório, assinalando que dava apoio à idéia do atual Presidente para um melhor estudo sôbre a questão do limite de associados do

Instituto. Era de opinião, também, que o assunto da quantidade de membros do Instituto devia ser reconsiderado, de maneira a levar o Instituto para um terreno de maior produtividade e de contacto mais direto com a realidade. Acrescentou que há um número avultado de "excedentes" culturais às cadeiras da Casa de Barão de Studart.

Carlos Studart Filho explicou que a Revista do Instituto vinha trazendo, ultimamente, artigos de pessoas estranhas ao seu quadro social e que havia adotado esse processo, imitando publicações congêneres dos grandes centros.

Renato Braga comunicou à casa que, na próxima sessão, o professor Rapôso Fontenele, diretor do Instituto de Antropologia, a ela compareceria para mostrar o que aquela entidade estava realizando, no seu campo, no tocante às cousas do Ceará. Acentuou que era o contacto do Instituto do Ceará com os pesquisadores da Universidade, entre os quais se destacava o professor Rapôso Fontenele. Declarou após que aproveitava o ensejo para convidar o Instituto do Ceará a participar das festividades comemorativas do cinquentenário da fundação da Escola de Agronomia, no dia 30 de março. Disse ainda que Florival Seraine havia lançado, no dia anterior, na Casa de Juvenal Galeno, a *Antologia do Folclore Cearense*. Pediu um voto de louvor ao consócio Florival Seraine pela publicação de mais uma obra de sua autoria, sendo seu pedido aprovado por unanimidade. Finalmente, Renato Braga asseverou que tinha ponto de vista diferente dos consócios Carlos Studart Filho e Raimundo Girão quanto à ampliação do quadro social do Instituto, pois a questão desta sociedade, a seu ver, era mais de natureza econômica.

O presidente Carlos Studart Filho teceu elogios ao discurso de Francisco Alves, no lançamento do livro de Florival Seraine, e a Renato Braga, pela lembrança de Rapôso Fontenele a fazer uma conferência no Instituto no próximo dia 4 de abril. Apresentou agradecimentos, em seu nome e no do Instituto, aos convites a Raimundo Girão e a Renato Braga, respectivamente, pelo convite feito ao Instituto para se fazer representar nas festas de instalação do Centro de Cultura Juazeirense e de comemoração do quinquagésimo aniversário da Escola de Agronomia do Ceará.

Com a palavra, Luiz Sucupira deu ciência aos presentes da enfermidade que acometera o consócio Manuel Antônio de Andrade Furtado, e disse estar êle praticamente desenganado. Foi também trazido ao conhecimento da casa o estado de saúde do companheiro Martinz de Aguiar, que, depois de operado dos olhos, havia tido um antrás, mas ia passando bem.

José Bonifácio fez mais duas comunicações: I) que o Ministro do Interior, general Afonso Albuquerque Lima, havia acolhido a indicação do Instituto para que se desse ao açude Choró o nome de Pompeu Sobrinho; II) o orador que havia sido designado para a Palestra do dia, mas que, em virtude do adiantado da hora e da falta de energia elétrica, não lhe era possível pronunciá-la, não podendo por isso, ser considerado como omisso.

O Sr. Presidente agradeceu o comunicado de José Bonifácio, declarando que o Instituto se dirigiria, externando sua gratidão, ao titular da Pasta do Interior, por haver atendido à sua sugestão.

Quanto à palestra que êle tinha deixado de proferir, para pesar do Instituto, haveria outra oportunidade.

O segundo secretário pediu permissão para ler a ata da sessão anterior do Instituto, o que foi feito, com a sua aprovação, sem emendas por parte dos presentes, ficando o diretor da secretaria encarregado de colher destes as assinaturas.

E como, nada mais houvesse a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, tendo eu, João Hipólito, 2.º secretário, lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

**Sessão ordinária de 4 de abril de 1968**

Aos quatro dias de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária relativa a este mes. Presidiu-a seu presidente general Carlos Studart Filho, havendo servido de 2.º secretário seu titular João Hipólito. Compareceram também à reunião Joaquim Braga Montenegro, Jósia Magalhães, José Aurélio Câmara, Luiz Sucupira, Manoel Albano Amora, Mozart Soriano Aderaldo, Raimundo Girão, Renato Braga, ao todo 11 (onze) associados, além do sócio correspondente general Raimundo Teles Pinheiro.

O segundo secretário procedeu, inicialmente, à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem emendas, e, depois, à do expediente, do qual constaram a relação dos livros entrados para a biblioteca e a correspondência do Instituto, figurando entre esta a comunicação de d. Zélia Sá Viana Camurça, eleita para uma de suas vagas, de que achara por bem marcar sua posse para o dia 9 de abril e entre aquela um ofício da CODA-GRO com o oferecimento das últimas publicações do consócio Guimarães Duque.

O Sr. Presidente comunicou à casa que estava pensando em publicar um número especial da **Revista do Instituto do Ceará** em homenagem à memória dos consócios recentemente falecidos Pompeu Sobrinho, padre Rodolfo da Cunha e Dolor Barreira (efetivos) e marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (correspondente), de cujos necrológios se encarregariam Raimundo Girão, José Aurélio, Mozart Soriano e Luiz Sucupira.

Ainda na parte de comunicações, Manoel Albano Amora referiu-se ao falecimento, ocorrido há pouco em Fortaleza, de uma pessoa estreitamente ligada à vida do Instituto, porque filha de Paulino Nogueira e irmã de João Nogueira, ambos sócios desta casa: d. Maria José Jaguaribe Nogueira Albano Amora, desculpando-se de haver estado algum tempo ausente do plenário, a que agora retornava, disse que não podia deixar de registrar a morte daquela senhora, embora o fizesse tardiamente, mas que nunca era tarde para se cumprir um dever — um dever de gratidão numa casa de tradição como o Instituto do Ceará. Adiantou que, além daquelas de caráter cultural, o Instituto tem uma função de grande importância social — é um guardião de civismo, sendo o lugar apropriado para a rememoração de figuras, como d. Maria José, que desapareciam do nosso convívio, depois de haverem prestado relevantes serviços à coletividade. Acentuou que queria caracterizar o ambiente espiritual em que vivera d. Maria José, uma senhora fidalga pelo seu espírito de família e pelo seu amor ao passado, a qual era um flor de ternura, de bondade espiritual, da espiritualidade mais perfumosa. Salientou que d. Maria José, vinculada ao Instituto por aqueles vultos memoráveis, amava à distância esta casa, que fazia parte de sua existência. Albano Amora lamentou que, em virtude do desaparecimento de d. Maria José, não lhe tivesse sido possível prestar na devida ocasião a homenagem a que ela fazia jus e que só hoje lhe tributava. Finalizou suas palavras, dizendo que as proferia como uma merecida evocação, e numa justa manifestação de saudade à filha de Paulino Nogueira e irmã de João Nogueira.

O Sr. Presidente disse que era de se lastimar não ter o Instituto um aparelho para gravar a palestra que acabava de ser pronunciada e de se esperar que Albano Amora escreva um trabalho sobre Paulino Nogueira, cuja personalidade não foi ainda devidamente estudada.

Raimundo Girão aduziu, em aditamento as considerações de Albano Amora, que d. Maria José havia mandado, por seu intermédio, para o Instituto do Ceará, a correspondência e os livros da família, os quais deviam estar nesse **mare magnum**, que é a nossa biblioteca. Lembrou que se podia tirar uma edição das obras de Paulino Nogueira e Cruz Abreu

sobre as cousas do Ceará, tendo o Sr. Presidente lhe respondido que aceitava a sugestão,

Albano Amora voltou a falar a respeito de d. Maria José para ressaltar que, uma tarde, havia comparecido, em companhia de Mozart Soriano, à casa de d. Maria José, de quem pretendia obter para o Instituto do Ceará o retrato de Paulino Nogueira, pertencente à família. A ilustre dama, que atendeu prontamente ao seu apêlo e ao de Mozart Soriano, ofereceu ao Instituto o retrato do genitor, sendo que, no ato da doação, embora se dissesse satisfeita com a destinação que dava à fotografia, se apresentava com lágrimas nos olhos. Concluiu que Mozart Soriano, que procurou saber, depois, onde se encontrava a mesa em que escrevia Paulino Nogueira, a descobrira no Centro Social Frederico Ozanan na Estância (Dionísio Tôrres), tendo conseguido trazê-la para o Instituto.

Carlos Studart Filho ocupou-se, a seguir, de um assunto que lhe parecia de grande importância cultural e que figurava no expediente: um trabalho sobre a divisão territorial do Brasil, da autoria do deputado Floriano Rubim, que pedia a colaboração do Instituto. Nesse sentido, permitia-se designar uma comissão constituída de Renato Braga, Denizard Macedo e João Hipólito para estudar o assunto e oferecer sugestões ao deputado Floriano Rubim.

O Sr. Presidente informou que haviam sido designados para representar o Instituto nas festas de instalação do Centro Juazeirense de Cultura e de comemoração do 50.º aniversário de fundação da Escola de Agronomia do Ceará, respectivamente, os consócios Braga Montenegro e Renato Braga.

Braga Montenegro prestou contas de sua atuação como representante do Instituto na inauguração do Centro Juazeirense de Cultura em Juazeiro o mesmo fazendo Renato Braga quanto à sua designação. Renato Braga acrescentou que a Escola de Agronomia ia publicar uma memória de seu cinquentenário e que as festividades se estenderiam por todo o ano, com uma comemoração cada mês.

O novo tesoureiro Luís Sucupira deu ciência do estado em que se encontra a tesouraria, a qual praticamente não existia, sendo sua situação de total desaparelhamento. Mostrou que, para se pôr ordem na vida financeira do Instituto, se tinha de começar tudo pelo começo, o que só seria possível com algumas medidas preliminares que sugeria, tais como levantamento do patrimônio, organização de um orçamento anual e estabelecimento do quadro do funcionalismo. Esclareceu que o Instituto possuía uma oficina tipográfica, que estava arrendada à Universidade, e que esse arrendamento tinha perdido o prazo de sua vigência, tornando-se urgente, pois, estabelecer a situação dessa oficina e reclamar da Universidade sua regularização. Declarou ainda: "O Instituto não dispõe de renda própria. Os seus membros não contribuem com qualquer importância para o seu funcionamento. Os recursos que consegue provêm do arrendamento da tipografia à Universidade, que não são devidamente arrecadados, e de auxílios e subvenções oriundos da mesma Universidade, do Estado e da Municipalidade. Não há notícia de qualquer contribuição recebida do Estado ou da Municipalidade. A da Universidade é feita mediante encontro de contas para pagamento de impressão de livros. Tudo muito aéreo e sem que apareçam comprovantes de ambas as partes interessadas. O Convênio com a Universidade foi extinto em 1967."

No ano passado o Instituto firmou convênio com a Secretaria de Cultura para que a mesma ocupasse os baixos de sua sede, mediante certas condições assumidas pelo Estado, inclusive pagamento da locação. Até agora, porém, o Estado não entregou ao Instituto qualquer importância por conta dessa locação.

O resultado é que o Instituto encontra-se em situação difícil, sem poder cumprir os seus encargos, que, só com pessoal, somam mais de 500 cruzeiros novos por mês. Deve se levar em conta ainda que o pessoal

do Instituto percebe vencimentos irrisórios, representando quase metade do salário mínimo em vigor. Isso poderá provocar complicações em face da legislação trabalhista em vigor. E terminou: "Há mister de um ato da presidência ordenando medidas para estabelecer os serviços normais do Instituto. Sem isso, caminha-se para o caos financeiro".

O Sr. Presidente afirmou ao sr. Luis Sucupira que ia reunir a diretoria do Instituto para tratar da importante questão.

Mozart Soriano propôs que o Instituto concedesse plenos poderes aos srs. Presidente e tesoureiro para resolverem o problema da tesouraria, sendo sua proposta aprovada por unanimidade.

Albano Amora declarou que tinha mais uma informação a prestar: Heribaldo Costa estava em Fortaleza e um dos motivos de sua vinda à nossa capital fôra cuidar da reedição do 1.º número da *Revista do Instituto do Ceará*.

Finalmente, Mozart Soriano Aderaldo asseverou que, dentro de suas múltiplas atividades, se tem dedicado a acrescentar algo à História de Théberge, cujo trabalho de anotações esperaria concluir no 2.º semestre, quando estaria mais livre de alguns compromissos.

O Sr. Presidente, ao encerrar a sessão, congratulou-se com o Instituto pelo comunicado de Mozart Soriano, tendo eu, João Hipólito, 2.º secretário, lavrado da mesma a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

Fortaleza, 22 de abril de 1968

#### Sessão extraordinária de 9 de abril de 1968

Aos nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às vinte horas, reuniu-se extraordinariamente, o Instituto do Ceará para empossar, na cadeira para que fôra eleita, D. Zélia Sá Viana Camurça. Foram distribuídos convites especiais entre os sócios do Instituto e autoridades federais, estaduais e municipais para assistirem à pose de D. Zélia Camurça. Presidiu a solenidade o presidente Carlos Studart Filho que convidou a integrarem a mesa, como secretário, seu titular João Hipólito, e, como representantes das autoridades civis, militares e eclesiásticas, respectivamente, os Srs. Raimundo Girão, major e monsenhor André Camurça. Além de numerosas pessoas gradas, compareceram à reunião os associados Boanerges Facó, Clodoaldo Pinto, Florival Seraine, Francisco Alves, João Batista Saraiva Leão, Joaquim Braga Montenegro, Jôsa Magalhães, José Aurélio Saraiva Câmara, José Denizard Macêdo de Alcântara, José Parifal Barroso, Luis Sucupira, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Mozart Soriano Aderaldo, Raimundo Girão e Renato Braga.

Tomando a palavra, disse o Sr. Presidente: — "O Instituto do Ceará reúne-se hoje, em cerimônia a um tempo festiva e grave, para receber solenemente um novo associado. Grave é esta cerimônia, na verdade, porque, na cátedra de Walderi Uchoa que todos admirávamos e cuja lembrança ainda vive no ambiente austero da Casa do Barão de Studart, vem sentar-se a ilustre recepcionária desta noite. E' festiva porque aqui ocorre, neste momento, uma autêntica renovação, acontecimento sempre benéfico porque imprescindível à sobrevivência das instituições sociais e, assim, das próprias sociedades sábias como a nossa. O ingresso no Instituto de valores novos, à maneira de Dra. Zélia Camurça, senhora cujos méritos serão apreciados e justamente exaltados pelo orador da solenidade, significa, pois, uma feliz renovação, e será, estamos certos, uma garantia de continuidade de vida para o nosso sodalício.

Abrindo esta sessão, como o faço neste momento, cabe-me o dever de deixar claro, no espírito de todos os presentes, que o Instituto do Ceará não faz distinção entre valores intelectuais masculinos e femininos, nem

os coloca em níveis diferentes, mede-lhes as alturas pela mesma craveira. Quero dizer, ainda, que Dra. Zélia Camurça se integra em nossa agremiação não como um dos expoentes máximos da cultura feminina no Ceará, mas como um expoente do saber cearense”.

Designou então uma comissão para trazer até ao recinto a Sra. Zélia Camurça, cujo ingresso foi saudado com vibrante salva de palmas. Concedeu depois a palavra ao orador oficial Florival Seraine, que pôs em merecido relêvo as qualidades culturais de D. Zélia Camurça, a única mulher a compor atualmente os quadros sociais do Instituto do Ceará.

Fêz-se ouvir, em seguida, D. Zélia Camurça, que teceu justos elogios às suas antecessoras Júlia Vasconcelos e Alba Valdez, traçando o histórico do papel da mulher não apenas na Casa do Barão de Studart e nas outras associações culturais do Estado mas na vida contemporânea.

A saudação de Florival Seraine e o agradecimento de D. Zélia Camurça, que deixou para ler noutra oportunidade a parte de seu discurso em que se referia ao seu plano de atividades nesta instituição, foram muito bem recebidos pela assistência, que os aplaudiu com o maior entusiasmo.

Finalmente, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão, sendo oferecidas por D. Zélia aos presentes taças de champanha e uma mesa de doces e salgados, do que, para constar, eu, João Hipólito, 2.º Secretário, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

Fortaleza 22 de abril de 1968.

#### Sessão ordinária de 22 de abril de 1968

Aos vinte e dois dias de abril de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará, sua segunda sessão plenária ordinária referente aquêlê mês. Presidiu-a, na ausência de seu Presidente, o vice-presidente Renato Braga, servindo de secretário o titular da 2.ª Secretaria, Sr. João Hipólito. Compareceram também à reunião Francisco Alves, Joaquim Braga Montenegro, José Bonifácio de Sousa, José Denizard Macêdo de Alcântara, Luís Sucupira, Manuel Albano Amora, Manoel do Nascimento Fernandes Távora, e Zélia Camurça, ao todo 10 (dez) associados.

O secretário leu as atas da 1.ª sessão plenária ordinária de abril e da posse de D. Zélia Camurça, sendo aprovadas a primeira com a emenda do Sr. Presidente de que a comissão designada pela presidência não o fêz para escrever os necrológicos e sim para coletar material relativo aos sócios recentemente falecidos e a segunda com os reparos, opostos também pelo Sr. Renato Braga e secundados pela nova associada, de que esta havia oferecido as taças de champanha, os copos de refrigerantes e a mesa de bolos e salgadinhos à diretoria eleita a 4 de março, cuja referência não contava do registo.

Falou inicialmente o consócio José Parsifal Barroso para proceder à entrega oficial de um documento alusivo ao senador Pompeu, que, segundo suas palavras, há 25 anos, devia ter chegado à presidência do Instituto e que se achavam em mãos de D. Inácio Acióli, superior do Mosteiro de S. Bento na Guanabara.

Renato Braga agradeceu o gesto de Parsifal Barroso, tecendo considerações sobre o seu encontro, há anos com o embaixador Hildebrando Acióli, já falecido, pai daquele monge, o qual lhe dissera, então, que tencionava escrever um livro sobre Senador Pompeu, o que, porém, não chegou a fazer. Parsifal Barroso adiantou que, na sua próxima viagem ao Rio, pretendia obter, da família, outros documentos importantes que se encontram em poder daquele beneditino.

Em seguida, Luís Sucupira fez o necrológico de Andrade Furtado, falecido no dia 16 de abril. Luís Sucupira afirmou que "Andrade Furtado foi grande em todos os setores em que desenvolveu suas atividades. Como jornalista, as exerceu durante 50 anos, no **Correio do Ceará** e no **O Nordeste**, como mestre, foi professor e diretor da Faculdade de Direito e da Faculdade Católica de Filosofia, além de Vice-Reitor da Universidade do Ceará, tendo sido agraciado com o título de Professor Emérito; como juiz, teve assento no Tribunal Regional Eleitoral; como homem público, foi secretário de Estado e interventor interino; como intelectual, membro da Academia de Letras, e do Instituto do Ceará. Tinha magníficas produções, tudo que se podia exigir de um grande talento como o seu". Luís Sucupira, depois de acentuar que a falta de Andrade Furtado se fazia sentir de uma maneira sensível, pediu o encerramento da sessão, a primeira que se efetuava depois de sua morte, solicitando finalmente o comparecimento dos sócios do Instituto à missa de 7.º dia que, esta noite, seria celebrada em sufrágio de sua alma, na Igreja de Cristo Rei.

O Sr. Presidente declarou que não precisava consultar o plenário sobre o pedido de Luís Sucupira, pois tinha certeza, de antemão, de que os presentes, em sua unanimidade, o aprovariam. Concluiu suas declarações, acrescentando que, além das qualidades justamente ressaltadas, por Luís Sucupira, havia uma que reputava rara na personalidade de Andrade Furtado: sua moral.

Suspensos os trabalhos em homenagem à memória do consócio Andrade Furtado, foi lavrada por mim, João Hipólito Campos de Oliveira, 2.º Secretário, a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

#### Sessão ordinária do dia 6 de maio de 1968

Aos seis dias de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, as dezesseis horas, em sua sede social, Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária referente a este mês. Presidiu-a o seu presidente Carlos Studart, tendo servido de Secretário o titular da segunda secretaria, João Hipólito. Além desses diretores compareceram à reunião Francisco Alves, Hugo Catunda, Jôsa Magalhães, José Denizard Macêdo, José Parsifal Barroso, Luís Sucupira, Manoel Albano Amora, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Raimundo Girão e Zélia Camurça, ao todo 12 (doze) associados.

O secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior, que teve aprovação sem emendas, e do expediente, havendo constado deste a relação dos livros entrados na biblioteca, dos quais cerca de vinte oferecidos por Manoel Albano Amora, cujo gesto foi devidamente elogiado, e de correspondência mantida pelo Instituto do Ceará.

O Sr. Presidente, depois de frisar que não bastava eleger uma diretoria, mas que se tornava necessário que os Diretores e os demais sócios continuassem a trabalhar pelo Instituto, expôs a situação deste. Chamava a atenção, primeiramente, para o estado em que se encontrava a Casa de Tomás Pompeu, sem água, e a tipografia do Instituto, que permanece ao abandono, guardada numa dependência, sem funcionamento. Disse mais que organizou a **Revista do Instituto** (1967) e a remeteu para a tipografia da Imprensa, sendo aí informado de que havia 20 obras, antes dela, aguardando publicação.

Facultada a palavra, usou-a Raimundo Girão para afirmar que, da comunicação do Sr. Presidente, se deduzia que o Instituto tinha recebido da Secretaria da Fazenda uma importância relativa a 1965. Adiantou que essa quantia era resultante de uma lei estadual que dava ao Instituto do Ceará uma subvenção anual de NCR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos),

a qual se devia ao trabalho do consócio governador Plácido Castelo, então deputado. Declarou ainda que até certa altura, tinha havido o cuidado de, na organização do Orçamento do Estado, se fazer valer esta lei e que era o caso de a nova diretoria tomar agora todo interesse nesse sentido. Raimundo Girão pediu justificar a ausência de Braga Montenegro, que estava se sentindo mal, e o seu não comparecimento à sessão anterior, visto como, na qualidade de Secretário da Cultura do Estado, estava no Rio, participando de um encontro dos Conselhos de Cultura. A esse propósito, informou que a ação do Conselho Federal de Cultura estava realmente produzindo os melhores resultados e que a reunião do Rio tinha sido bem uma prova disso. Esclareceu que a delegação do Ceará, pela experiência que já possuía, pois o nosso Estado tinha um Conselho de Cultura e uma Secretaria de Cultura, pôde fazer alguma coisa em favor das outras representações estaduais. Ressaltou que, por esse motivo, muito honroso para o nosso Estado, o Ceará passou a ser uma espécie de conselheiro, o que constituía mais um título de realce para a Terra da Luz. Concluiu suas observações afirmando que o Conselho Federal de Cultura vem desempenhando notável trabalho, concorrendo para que se fundem, em todos os Estados, Conselhos de Cultura, os quais irão ter muito valor, por serem os elementos carreadores das associações culturais.

O Sr. Presidente salientou que o plenário tinha ouvido, com o maior empenho, a exposição de Raimundo Girão, que, tratando da cultura cearense, mostrou como ela está repercutindo a favor do Estado. Elogiou a atuação do consócio Raimundo Girão, como legítimo representante da cultura cearense, tecendo depois encômios às atividades de Luís Sucupira à frente da tesouraria do Instituto. Em seguida, formulou veemente apêlo a Denizard Macêdo, para que este, como um dos vice-reitores da nossa Universidade, se empenhasse vivamente pela pronta saída da *Revista do Instituto do Ceará*, colocada num 20.º lugar entre as publicações a serem editadas pela Imprensa Universitária.

Denizard Macêdo explicou que a Imprensa Universitária estava sem papel, tendo falado, também, sobre a sua regulamentação, quando seria concedida prioridade às instituições que mantivessem convênio com a Universidade. Solicitou as vistas da diretoria para o fato de não ter sido renovado o convênio do Instituto com a Universidade, requerendo a designação de uma comissão para estudar o assunto.

Em seguida, Luís Sucupira ocupou-se da tesouraria, tendo dito que havia rascunhado um orçamento para o Instituto. Observou que, se o Instituto receber importâncias que lhe são destinadas haveria uma receita de NCR\$ 18.000,00 e uma despesa de NCR\$ 12.000,00, segundo sua previsão. Lembrou que o Instituto, como fonte de renda, poderia utilizar sua área descoberta para posto de estacionamento de carros.

O Sr. Presidente interveio para dizer que esse assunto deveria ser discutido pela diretoria, que seria convocada para esse fim, mas que se permitia, de logo, pessoalmente, discordar da proposta do tesoureiro. A seguir, Carlos Studart declarou aberta a vaga das cadeiras ocupadas pelo padre Rodolfo Cunha e Dolor Barreira, declarando que havia uma proposta, que contava com a assinatura dele e a dos consócios José Aurélio e João Hipólito, indicando o nome de Osvaldo de Oliveira Riedel. Deu o prazo de quinze dias para a apresentação de outras indicações, tendo designado, nos termos dos estatutos, uma comissão constituída dos srs. José Denizard Macêdo, Manoel Albano Amora e Zélia Camurça, para emitir parecer quanto à proposta apresentada.

Luís Sucupira discorreu sobre o 5.º centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, tendo os presentes sugerido fôsse êle o orador oficial da sessão de 20 de junho, comemorativa daquele acontecimento. Luís Sucupira interpelou a casa a respeito da sessão, que ficara de realizar, em homenagem à memória de Pompeu Sobrinho, sendo dadas algumas explicações pela secretaria. Esta esclareceu que Renato Braga se propusera a fazer

o elogio de Pompeu Sobrinho e que se achava à disposição do Instituto desde o encerramento das festividades do cinquentenário da fundação da Escola de Agronomia.

Por último, Denizard Macêdo, que estava incumbido da efeméride, discorreu em torno da data de depois de amanhã — oito de maio — que assinalava o 23.º aniversário do término da segunda grande guerra. Mostrou que os historiadores alemães, que já estão enfocando o assunto, confirmam a teoria dos historiadores aliados sobre as suas causas. Lamentou que os nossos acórdos com os Estados Unidos, em razão daquele conflito, até hoje sejam desconhecidos.

Encerrada a sessão, eu, João Hipólito, 2.º Secretário lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por quem de direito.

#### Sessão ordinária de 20 de maio de 1968

Aos vinte dias de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a seu Presidente Gen. Carlos Studart Filho, havendo servido de secretário o titular da 2.ª secretaria, João Hipólito. Além desses diretores, compareceram à reunião José Aurélio Saraiva Câmara, José Bonifácio de Sousa, José Denizard Macêdo de Alcântara, Luís Sucupira, Luís Teixeira Barros, Manoel Albano Amora e Zélia Camurça, ao todo 9 (nove) associados.

O secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem emendas, e do expediente remetido e recebido pelo Instituto, tendo constado deste a oferta de 180 livros por parte da família de Pompeu Sobrinho.

Carlos Studart declarou que entendia ser de sua obrigação, como Presidente, trazer ao conhecimento dos sócios os fatos ocorridos entre as sessões. Assim, fazia sentir aos membros do Instituto que, entre a última sessão e a atual, tinha havido uma reunião da diretoria, quando foram discutidos os seguintes assuntos de interesse da instituição.

José Aurélio havia proposto que o Instituto realizasse uma série de conferências de natureza cultural, sendo sua proposta, como não podia deixar de ser, aprovada por unanimidade. Diante disso, éle, Presidente, tinha procurado o consócio Florival Seraine, sugerindo-lhe uma palestra sobre um tema de sua especialização — a história e o estruturalismo.

Éle, Presidente, tinha estado com o reitor Fernando Leite, que lhe assegurou construir o galpão para a tipografia, logo que a Universidade receba o dinheiro a ela destinado. Adiantou que o reitor Fernando Leite prometera, também, tratar do convênio entre o Instituto e a Universidade e que fôra objeto de uma das últimas reuniões. Declarou que já estava apazado um encontro dele, Presidente, e do tesoureiro Luís Sucupira com o reitor Fernando Leite. Falou depois sobre os registros bibliográficos, afirmando que costumava transcrever, na revista, opiniões dos críticos sobre os trabalhos dos sócios. Informou que o nosso consócio Raimundo Girão iria, com a família, a Portugal, parecendo-lhe oportuno que o Instituto do Ceará, por seu intermédio, mandasse uma mensagem à Sociedade de Geografia de Lisboa. Disse mais que, embora o Instituto do Ceará não lhe tivesse delegado poderes para isso, havia visitado, na qualidade de seu Presidente, o consócio Guimarães Duque, que se encontrava enfermo. A propósito de doenças, tinha uma notícia auspiciosa a dar ao Instituto: o consócio Martinz de Aguiar estava recuperado, para alegria de seus parentes e amigos.

Comunicou finalmente que D. Maria Conceição Sousa havia se proposto, apoiada pela Universidade, a completar a obra de Dolor Barreira — **História da Literatura Cearense**. Fazendo essa comunicação sublinhou que

tinha certeza de que o Instituto não se negaria a autorizar D. Conceição a escrever o 5.º volume daquela coleção iniciada por Dolor Barreira. A respeito de D. Conceição, queria avisar aos sócios do Instituto de que ela estava ajudando os funcionários da casa na catalogação dos livros.

Com a palavra, Luís Barros elogiou a atitude do Sr. Carlos Studart, pois, a seu ver, os sócios do Instituto tinham obrigação de conhecer-lhe a vida interna, como está fazendo seu atual Presidente.

Encarregado da "Palestra", José Bonifácio discorreu com brilhantismo sobre Parázinho, hoje Paracuru, cujo trabalho mereceu um registro especial do Sr. Presidente. Este ressaltou que os colegas tinham ouvido mais um trabalho de José Bonifácio, que impressionava pelo valor e segurança com que foi escrito. Basta dizer — finalizou — que é ele do mesmo autor de Quixadá e Serra do Estêvão.

Em seguida, Luís Barros ocupou-se do centenário de Afonso Arinos, ocorrido no dia 1.º de maio, salientando que, na obra do burilador de **Pelo Sertão**, havia um trabalho sobre os jagunços, em que ele tinha revelações muito interessantes em torno da vida nordestina.

Logo após, Albano Amora referiu-se ao trabalho simples e belo de José Bonifácio, acrescentando que queria prestar uma informação, tendo José Bonifácio recitado a poesia de Antônio Sales sobre a casa em que nasceu em Parázinho, permitia-se informar que êsses versos haviam sido musicados, a seu pedido, pelo maestro Antônio Gondim. Mostrou que o Instituto do Ceará, com a palestra de José Bonifácio, estava se antecipando às comemorações ao centenário de Antônio Sales, a 18 de junho dêste ano.

Lamentou, a seguir, seu não comparecimento à sessão de posse de D. Zélia Camurça, a quem desejava externar, pessoalmente, na alegria por vê-la ocupando, no Instituto, uma cadeira que foi enaltecida no passado por D. Júlia Vasconcelos e D. Alba Valdez. Quanto ao terceiro assunto que ia abordar, observou que já não tinha motivos para falar com tanta alegria, uma vez que desejava pedir um voto de pesar pelo falecimento de Gomes de Matos, de quem fez o necrológio.

O Presidente assinalou que a proposta de Albano Amora se enquadrava, perfeitamente, dentro das finalidades do Instituto e, por isso, a considerava aprovada, pois estava certo de que todos concordavam com ela.

Por último, José Denizard Macêdo de Alcântara passou às mãos da presidência o pronunciamento da Comissão sobre a indicação de Osvaldo de Oliveira Riedel para membro do Instituto. O Sr. Presidente frisou que êsse parecer seria lido na próxima sessão e, como não tivesse surgido nenhuma outra proposta para sócio, se processaria nela a eleição.

Encerrada a sessão, eu, João Hipólito Campos de Oliveira, 2.º secretário, escrevi a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

#### Sessão ordinária de 4 de junho de 1968

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária referente a êste mês. Presidiu-a, na ausência dos Srs. Presidente, vice-Presidente e 1.º secretário, o Sr. João Hipólito, 2.º secretário, que convidou a secretariá-la o Sr. Manoel Albano Amora. Compareceram ainda à reunião Francisco Alves de Andrade, Joaquim Braga Montenegro, Jósia Magalhães, José Denizard Macêdo, José Parsifal Barroso, Luís Sucupira, Manuel do Nascimento Fernandes Távora e Zélia Camurça, ao todo dez (10) associados, além do sócio correspondente gen. Raimundo Teles Pinheiro.

Lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem emendas, passou-se ao expediente, tendo constado dêste a relação de livros entrados na Biblioteca e a correspondência remetida e recebida pelo Instituto.

O Sr. Presidente interino comunicou que, na sua vinda para o Instituto, se encontrara, no Pronto Socorro Particular, com o vice-presidente Renato Braga, que lhe deu ciência de ali encontrar-se gravemente enfêrma, sua sogra D. Marfisa Justa, dizendo-lhe da impossibilidade de comparecer à reunião e pedindo-lhe que justificasse sua falta.

Com a palavra, Manoel Albano Amora referiu-se à nomenclatura das ruas de Fortaleza, trazendo ao conhecimento da Casa que o Sr. Prefeito Municipal desejava alterá-la. Sugeriu que o Instituto delimitasse a área histórica de Fortaleza, que fôra objeto de um estudo de Mozart Soriano Aderaldo, cujo trabalho passou às mãos do Presidente interino. Para tratar do assunto, foi designada uma comissão constituída do proponente, de Mozart Soriano e José Denizard Macêdo.

Em seguida, D. Zélia Camurça procedeu à leitura da 2.<sup>a</sup> parte de seu discurso de posse, que anunciara seria feita numa sessão plenária ordinária, quando falaria sôbre o programa de atividades culturais do Instituto.

Concluída a oração de D. Zélia Camurça, que foi muito aplaudida, Parsifal Barroso a ela dirigiu-se para saber se seu trabalho seria publicado na íntegra, tendo recebido resposta afirmativa.

Diante disso, Parsifal Barroso teceu considerações em tórno do discurso de D. Zélia Camurça, afirmando que êle podia ser considerado como uma sugestão para nova tomada de posição pelo Instituto. José Denizard Macêdo abordou comentários, também, sôbre o discurso de D. Zélia Camurça e as observações de Parsifal Barroso, a respeito de Cultura das elites e cultura das massas.

Parsifal Barroso formulou um apêlo ao Presidente interino para que êste interceda junto ao titular efetivo no sentido de que a atual presidência se aproxime mais da cultura popular.

D. Zélia Camurça lembrou a passagem, no próximo dia 8, da data consagrada a José de Anchieta, tendo o gen. Teles Pinheiro evocado o transcurso, no dia 11, da Batalha de Riachuelo.

Encerrada a sessão, eu, Manoel Albano Amora, 2.<sup>o</sup> secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

#### Sessão Ordinária de 20 de junho de 1968

Aos vinte dias de junho de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a seu Presidente, gen. Carlos Studart Filho e foi secretariada por João Hipólito, tendo comparecido ainda à reunião os srs. Boanerges Facó, Florival Seraine, Francisco Alves, Hugo Catunda, Jôsa Magalhães, João Batista Saraiva Leão, Joaquim Braga Montenegro, José Bonifácio de Sousa, José Denizard Macêdo, Luís Barros, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Paulo Bonavides e Zélia Camurça, ao todo 15 (quinze) associados.

Foi lida a ata da sessão anterior, não tendo havido expediente.

O Sr. Presidente esclareceu, a propósito do apêlo de Parsifal Barroso a seu antecessor, constante da ata da sessão anterior, ter-se ocupado, no seu relatório como secretário-geral e no seu discurso de posse na presidência, do problema da cultura popular e da sua difusão pelo Instituto.

Carlos Studart Filho observou que era praxe levantar-se a sessão seguinte ao falecimento de membros do Instituto e que devia fazê-lo em honra de Renato Braga, mas ressaltar que eram tantos os assuntos a serem debatidos que se permitia pedir apenas um minuto de silêncio em sua homenagem. Acentuou que a morte de Renato Braga tinha acarretado sério problema para o Instituto, qual seja de substituí-lo como orador na sessão

dedicada a Pompeu Sobrinho, que fôra adiada a seu pedido, e bem assim, na vice-presidência e na Comissão de Geografia.

Indicou Paulo Bonavides como orador, em substituição a Renato Braga, no preito de saudade a Pompeu Sobrinho, e Florival Seraine para falar na sessão fúnebre com que, já agora, o Instituto homenageará aquêlê consócio.

Informou que, de acôrdo com os estatutos, o vice-presidente seria o imediato a êle na diretoria, no caso o 1.º secretário José Aurélio, que se veria, assim, guindado merecidamente, à vice-presidência, no lugar de Renato Braga. A primeira secretaria deveria caber ao titular da segunda, mas êste, por vontade própria e num gesto que elogiou, permaneceria mesmo como 2.º Secretário, passando a ocupar aquelas funções Mozart Scriano Aderaldo. A vaga de Mozart Soriano Aderaldo como orador seria preenchida por Francisco Alves, ficando destarte completa a atual diretoria. Quanto à comissão de Geografia, de que Renato Braga fazia parte, seu nôvo membro seria José Denizard Macêdo.

Facultada a palavra, usou-a, inicialmente, Francisco Alves, que declarou haver recebido, da Casa de Juvenal Galeno, um convite para fazer, ali, numa sessão especial, o elogio de Renato Braga. Referindo-se a Renato Braga, frisou que nêle não sabia o que mais admirar: se o escritor, o agrônomo ou o professor, tais eram as suas qualidades.

O Sr. Presidente voltou a falar para tratar, agora, do livro do consócio governador Plácido Castelo, a quem procurou mais uma vez para pedir que remetesse à Imprensa Oficial os originais do seu livro, da coleção do Instituto.

Hugo Catunda interveio para esclarecer que os originais do livro do governador Plácido Castelo se encontravam em seu poder, para que êle escrevesse o prefácio, o que já estava fazendo.

O Sr. Presidente acrescentou que, nessa sua visita ao Governador, se esquecera de aludir, na conversa com S. Exa., ao estado da Casa de Tomás Pompeu, para a qual se impõe imediatas providências. Em seguida, reportou-se ao caso da reedição do Dicionário do Barão de Studart, ampliado e refundido por José Bonifácio de Sousa, cuja publicação, se porventura a Universidade não vier a fazê-la, poderia ser entregue à Secretaria de Cultura.

A essa altura, interferiu Denizard Macêdo para aduzir que não lhe constava tivesse passado pela Comissão da Universidade a obra confiada a José Bonifácio de Sousa. Salientou que a Imprensa Universitária tem a obrigação de editar suas coleções oficiais e que a das demais depende de autorização do Sr. Reitor.

Braga Montenegro, que integrou aquela comissão, prestou também esclarecimentos, mostrando que havia feito a relação das obras que deviam ser reeditadas pela Universidade e, entre elas, figurava a do Barão de Studart, supervisionada por José Bonifácio de Sousa, tendo sido então aprovado êsse plano de reedição.

Convocou depois José Bonifácio, a quem deu ciência do fato, mas o assunto ficou relegado a plano secundário, não tendo, por isso, seu autor entregue os originais à Imprensa Universitária.

Carlos Studart Filho concluiu suas observações, renovando o apêlo formulado a José Bonifácio para publicar seu livro pela Imprensa Oficial do Estado, pois lhe parecia que esta apresentaria menos dificuldades que a outra, tanto assim que a Universidade não havia sequer iniciado a Revista do Instituto.

José Bonifácio agradeceu ao Sr. Presidente, a José Denizard Macêdo e a Joaquim Braga Montenegro as referências elogiosas a seu trabalho, que era de equipe, mas que tivera de arcar, sôzinho, com tôdas as responsabilidades.

Ressaltou que já havia preparado 500 verbêtes da letra A, os quais darão, no mínimo, 500 páginas. Declarou ainda que só entregará o Dicio-

nário quando tiver certeza de sua execução, pois é um trabalho que requer constante atualização. Disse mais que, como se tratava de uma obra que havia elaborado, não tomará a iniciativa de procurar editores para ela. Finalizou seus comentários, reafirmando que, logo se resolva o problema de publicação, os originais estarão prontamente à disposição do Instituto.

Passou depois a outro assunto, focalizando uma efeméride importante — o centenário de nascimento de Belisário Távora, ocorrido no dia 25 de maio. José Bonifácio enalteceu as virtudes de Belisário Távora emolduradas pela probidade com que exerceu diversos cargos, tais como o de tabelião público e o de Chefe de Polícia no antigo D.F. Destacou que Belisário Távora foi candidato à presidência do Ceará, tendo obtido notável votação. Requereu o registro, em ata, do centenário de Belisário Távora, um cearense ilustre pertencente a tradicional família deste Estado.

Carlos Studart Filho asseverou que não precisava consultar a Casa quanto ao pedido de José Bonifácio, sobretudo porque, como ressaltou, Belisário Távora era sócio correspondente do Instituto.

Denizard Macêdo retornou ao assunto das publicações da Universidade, lamentando que a Imprensa Universitária estivesse sem papel. Apesar disso e de haver 20 obras, podia assegurar que a Revista do Instituto gozava de prioridade e seria impressa logo que dispusesse de papel. Indagou, após, do Sr. Presidente, em que estava a subvenção do Instituto, sendo informado de que a atual direção já havia entrado com o requerimento para que se firmasse novo contrato.

Carlos Studart Filho agradeceu aos colegas que o felicitaram por motivo de seu aniversário natalício, dizendo que se servia, para tal, do plenário do Instituto, porque as felicitações lhe foram endereçadas como Presidente desta Casa. A seguir, focalizou, rapidamente, outro tema da sessão de hoje, que se lhe afigurava de maior importância — a reestruturação do grande plano da História do Ceará pelo Instituto.

Adiantou que era preciso estudá-lo seriamente, sugerindo que cada sócio se encarregasse de uma monografia dentre as que estão sem autor. Anunciou finalmente a eleição para o preenchimento de uma das vagas do Instituto à qual era candidato único o sr. Osvaldo de Oliveira Riedel, dizendo que havia quorum para a sua realização.

Além dos presentes, em número de 15 (quinze), votaram mais 5 (cinco) por procuração, num total de 20 (vinte) associados, sendo que os srs. Antônio Martinz de Aguiar e Silva e cônego Misael Gomes delaram poderes, nesse sentido, a João Hipólito, e José Guimarães Duque, Manoel Albano Amora, Manuel Eduardo Campos e Joaquim Braga Montenegro.

Designados, pela presidência, os srs. Florival Seraine e José Denizard Macêdo para servirem como escrutinadores, procedeu-se à eleição, que acusou o seguinte resultado: 19 (dezenove) votos para Osvaldo de Oliveira Riedel e 1 (um) em branco.

Diante do resultado, em que obteve 19 (dezenove), foi dado como eleito o sr. Osvaldo de Oliveira Riedel, cuja vitória mereceu aplausos dos presentes.

Fim da sessão, eu, João Hipólito Campos de Oliveira, 2.º secretário, lavei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

Fortaleza,

Sessão ordinária de 4 de julho de 1968

Às quatro dias de julho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão ordinária referente a este mês. Presidiu-a seu Presidente, gen. Carlos Studart Filho, sendo secretariada pelo segundo secretário João Hipólito Campos de Oliveira.

Além desses diretores, compareceram à reunião Antônio Martins Filho, Francisco Alves, Hugo Catunda, Joaquim Braga Montenegro, José Bonifácio de Sousa, José Denizard Macêdo, José Parsifal Barroso, Luís Cavalcante Sucupira, Luís Teixeira Barros, Manuel do Nascimento Fernandes Távora e Zélia Camurça, ao todo 13 (treze) associados.

O segundo secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem emendas, e à do expediente, tendo êste constado da correspondência trocada e dos livros recebidos pelo Instituto.

O Sr. Presidente destacou, em primeiro lugar, a presença dos Srs. Melquíades Pinto Paiva, Renato Aragão e Roberto Gurgel Rocha, os dois últimos funcionários da CODEC, em nome da qual ofereceram ao Instituto dois exemplares do Levantamento Sócio-Econômico da Arquidiocese de Fortaleza, havendo convidado aquêle para tomar assento na mesa dos trabalhos. Depois de anunciar a existência de duas vagas no quadro social do Instituto, proclamou que, para seu preenchimento, já haviam sido indicados dois candidatos: os Srs. Antônio Gomes de Freitas e Geraldo Silva Nobre. Designou então para dar parecer sobre a primeira proposta uma comissão constituída dos Srs. Florival Seraine, Francisco Alves e José Denizard Macêdo de Alcântara e sobre a segunda outra representação do Instituto formada dos Srs. João Hipólito Campos de Oliveira, Luís Cavalcante Sucupira e Manuel do Nascimento Fernandes Távora. Em seguida, agradeceu, na pessoa de seus funcionários, à CODEC, a oferta que esta fizera do trabalho que passava a integrar a biblioteca do Instituto. Por último, comunicou que o Instituto havia dirigido um convite ao professor Melquíades Pinto Paiva, que o aceitara para a satisfação de todos os presentes, a fim de fazer uma palestra sobre o âmbar no Nordeste.

O visitante discorreu com muita proficiência, em tórno do assunto de sua especialização, a respeito do qual recebera uma carta de José Bonifácio de Sousa, interrogando-o quanto ao desaparecimento do cachalote dos nossos mares. Esclareceu que os cronistas faziam referência ora ao âmbar ora ao âmbar-gris, sendo que o âmbar nada mais é que uma resina fóssil. Adiantou que não existia no Nordeste o âmbar e que o produto a que os cronistas aludiam era o âmbar-gris, cuja natureza, até hoje, é mantida sob um certo mistério. Saliu que o âmbar-gris podia ser um produto patológico ou de um intestino normal e que seu processo de formação no interior intestinal do cachalote é muito conhecido dos biólogos. Indagou após "Como explicar a abundância do âmbar-gris?" e "seriam os índios caçadores de baleia?", lembrando que essa última indagação se constituía mais um problema para os historiadores. Acentuou que, como observara Carlos Studart nos seus estudos sobre os indígenas, a que se referira na sua apresentação, os tremembês iam muito longe na caça aos tubarões. Levantou depois a hipótese de que tivemos no Nordeste tribos caçadoras de baleia e que os índios do litoral eram pescadores por excelência. Tanto assim que — sublinhou — os nomes dos nossos peixes são na sua maioria de origem indígena. Falou finalmente sobre a caça da baleia, a qual, embora praticada ainda rudimentarmente com arpões, já hoje de ferro, é explorada, industrialmente, no Nordeste, desde 1924, quando se instalou em Costinha (Santa Rita) uma base baleeira. Renovou seu apêlo aos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará para que estudem, sob êsses dois aspectos, a pesca no Nordeste, já que êle o fizera dentro de sua profissão.

O Sr. Presidente apresentou seus agradecimentos, que eram também os da Casa, ao conferencista que, já conhecido como biólogo, se havia revelado também geógrafo e historiador. Acrescentou que, dando prosseguimento aos trabalhos, ia conceder a palavra ao professor José Parsifal Barroso para pronunciar a Palestra.

O palestrante afirmou que, por mais de uma vez, se manifestara quanto à necessidade de se proceder à codificação da legislação colonial brasi-

leira, fonte não apenas da História, mas pedra fundamental do Direito pátrio.

Asseverou que, apesar de haver a 1.<sup>a</sup> Constituição determinado tal providência essa determinação legal nunca foi considerada e que jamais Portugal e Brasil se entenderam na questão. Frisou que a falta dessa codificação criava as mais sérias dificuldades às pesquisas históricas como teve ocasião de observar. Reportando-se a duas ordens constantes do Livro de Barão de Studart, que certamente as retirara de uma relação da Capitania de Pernambuco, assinalou que o local para degredação de ciganos não foi o Ceará. Ressaltou que há três fontes para a história dos ciganos no Ceará: a de Barão de Studart, que se abeberou na relação de Pernambuco, a das leis extravagantes e a relação do Arquivo Ultramarino. Através da consulta ao Arquivo Ultramarino, verificou-se que Angola foi preferida para receber os ciganos degredados. Alberto Iria insiste em que as datas assinaladoras da degredação de ciganos para o Ceará e consignadas pelo Barão não são conhecidas no Reino. Pelas leis extravagantes, nota-se, também, que Portugal não degredou ciganos para o Ceará e que o local destinado à degredação tinha sido Angola, preferencialmente, e as ilhas do Príncipe e São Tomé. Concluiu suas observações, mostrando não ser verdade que o Ceará tenha sido preferido para degrêdo de ciganos, tese aceita por Antônio Bezerra e Sílvio Júlio.

O Sr. Presidente, após elogiar a palestra de Parsifal Barroso, que tinha um valor e interesse extraordinários, afirmou que era mais uma lenda que se desfazia, essa da influência de ciganos no MELTING-POT do Ceará. Acrescentou que Gardener menciona bandos de ciganos no Ceará os quais, como se deduzia da conferência de Parsifal, não podem ter influído na formação cearense.

Finda a sessão, eu, João Hipólito Campos de Oliveira, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

Fortaleza, 22 de julho de 1968

#### Sessão ordinária do dia 22 de julho de 1968

Aos vinte e dois de julho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a seu Presidente general Carlos Studart Filho, sendo secretariada pelo 2.<sup>o</sup> Secretário João Hipólito. Compareceram, também, à reunião Francisco Alves, Hugo Catunda, Jôsa Magalhães, José Denizard Macêdo de Alcântara, Luís Sucupira, Manuel do Nascimento Fernandes Távora e Mozart Soriano Aderaldo, ao todo 9 (nove) associados.

O segundo secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem emendas, e à do expediente, bastante volumoso, do qual constaram: várias fotografias oferecidas à Casa pelo consócio Hugo Catunda, do falecido ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, sócio honorário deste Instituto; da correspondência mantida pela diretoria e dos livros entrados para a Biblioteca. Foram lidos, na íntegra, o ofício recebido do Ministro do Interior, general Afonso de Albuquerque Lima, em que diz haver concordado em denominar, numa justa homenagem, o açude Choró de Pompeu Sobrinho, conforme sugestão do Instituto, e o encaminhado à Prefeitura Municipal, em que a presidência da Casa, nessa qualidade e devidamente autorizada pelo plenário, formulava ao Prefeito Municipal caloroso apêlo no sentido de que sejam dados a logradouros de Fortaleza, os nomes de quatro eminentes cearenses, sócios deste Instituto, recentemente falecidos, a saber: "Dolor Barreira, Tomás Pompeu Sobrinho, Andrade Furtado e Renato Braga".

O Sr. Presidente anunciou as propostas, subscritas cada uma por três sócios do Instituto e com as devidas justificativas, dos Srs. Augusto de Lima Júnior, José Roberto do Amaral Lapa, Tito Lívio Ferreira e João Henrique para sócios correspondentes do Instituto, nos Estados onde exercem suas atividades, as quais, submetidas a votos, mereceram aprovação dos presentes.

Encarregado da Efeméride, o consócio Manuel do Nascimento Fernandes Távora afirmou que duas datas lhe chamaram a atenção: 2 de julho, sobejamente conhecida, e os dois 5 de julho, sobre os quais iria falando o seu depoimento.

O Sr. Fernandes Távora teceu longas considerações em torno de ambos os movimentos revolucionários, dos quais foi testemunha, se não participante, ao lado de seus dois irmãos, os militares Joaquim Távora, falecido numa dessas campanhas, Juarez Távora e Fernando Távora.

O Sr. Presidente, no seu comentário sobre a palestra, afirmou que o depoimento dado pelo Sr. Fernandes Távora havia sido muito interessante, pois ele conhecia detalhes precisos e preciosos uma vez que foi daqueles que, como militar, haviam perseguido a Coluna Prestes. Salientou que Távora havia feito um apanhado geral do que foram os dois 5 de julho (1922 e 1924) até 3 de outubro de 1930 e que tinha se referido a seus irmãos de quem podia se orgulhar de formarem um verdadeiro clã de heróis.

José Denizard Macêdo acrescentou um dado pitoresco à marcha, pelo interior do continente, da Coluna Prestes, observando que o último combate que esta travou foi na Bolívia.

Em seguida, fêz-se ouvir João Hipólito, incumbido da Palestra, que se estendeu em apreciações sobre o centenário, que transcorreu este ano, em 15 de maio, do 1.º mapa do Brasil, de autoria de Cândido Mendes de Almeida, que havia preparado para o Colégio Pedro II de que era professor, tendo sido utilizado, também, pelo Ministério do Exterior. Concluiu suas observações, lamentando que tanto este como o Ministério da Educação não tivessem comemorado o centenário de tão grande acontecimento, que passou praticamente quase despercebido de nossos círculos culturais.

Facultada a palavra, usou-a Francisco Alves para ler o parecer que a comissão, de que fazia parte, havia emitido quanto à proposta para Sócio do Instituto, do Sr. Antônio Gomes de Freitas.

Pediu-a depois Mozart Soriano Aderaldo que no pedido endereçado ao prefeito José Walter, não haviam sido incluídos outros nomes, para evitar uma lista numerosa.

No tocante à oferta que fizera do *Inferno* de Dante, ricamente ilustrado, à biblioteca do Instituto, esclareceu que esse livro lhe fôra oferecido por Parsifal Barroso, herdado de seu genitor, depois de haver pertencido a Paulino Nogueira e João Nogueira. Pelo fato de todos os seus possuidores serem membros do Instituto, achou que devia oferecê-lo à biblioteca, por lhe parecer o local naturalmente indicado para guarda de tão valioso volume. Pediu, após, fôsse registrado em ata um voto de louvor a Nertan Macêdo pela publicação de *Clã de Santa Quitéria*, que acabara de ler com agrado, elogio esse que salientou fôsse extensivo a Hugo Catunda, que fornecera ao autor material histórico de que se utilizara no seu livro. Comentou ainda que acabara de comentar o 1.º livro de Théberge, cujos comentários gostaria que fôsem lidos pelo Presidente, grande autoridade no assunto. Acrescentou que o consócio Flácido Castelo, Governador do Estado, lhe havia prometido publicar o livro pela Imprensa Oficial.

Reportou-se, finalmente, a uma crítica da Imprensa local, de que Ceará — a Terra da Luz — era um Estado sem monumentos. Ressaltou que na verdade, o Ceará, antes do Governo de Parsifal Barroso tinha se descurado de homenagear seus grandes filhos como Gustavo Barroso, Farias Brito, Capistrano de Abreu e Alberto Nepomuceno cujas estátuas se tornaram realidade, naquela administração, e na de Virgílio Távora. Fina-

lizou sua comunicação, frisando que, com muita honra, havia participado das comissões promotoras do levantamento de tôdas essas estátuas, que tinham 2,15m de altura e da autoria do escultor Leão Veloso.

Carlos Studart Filho elogiou a atuação de Mozart Soriano Aderaldo, que era reconhecida de todos, aduzindo que a Prefeitura Municipal de Fortaleza não gostava de cultuar grandes valores, como se verificava, agora mesmo, na reforma da Praça do Ferreira, a qual não haverá, segundo soube, nenhum monumento ao boticário Ferreira.

Encerrando a sessão, eu, João Hipólito, 1.º Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

Fortaleza, 5 de agosto de 1968.

#### Sessão ordinária de 5 de agosto de 1968

Aos cinco dias de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária referente a este mês. Presidiu-a seu Presidente, general Carlos Studart Filho, sendo secretariada pelo 2.º secretário João Hipólito Campos de Oliveira. Compareceram ainda à reunião Antônio Martins Filho, Florival Seraine, Francisco Alves, Hugo Catunda, Jôsa Magalhães, Manoel Albano Amora e Manuel do Nascimento Fernandes Távora, ao todo 9 (nove) associados; além do Dr. Otávio de Almeida Braga, filho de Renato Braga.

O Sr. Presidente, depois de anunciar a presença do Dr. Otávio de Almeida Braga, filho do Dr. Renato Braga, que representava a família na homenagem a ser prestada a seu genitor e de convidá-lo a tomar assento à mesa diretora dos trabalhos, concedeu a palavra a quem quisesse falar sobre o saudoso associado. Pediu-a Florival Seraine, que fez o necrológio de Renato Braga, pondo em destaque, especialmente, sua marcante atuação nesta casa, da qual era vice-Presidente, e na Universidade do Ceará, como seu vice-Reitor e Diretor da Escola de Agronomia.

Dando por encerrada a sessão póstuma dedicada a Renato Braga e transferindo-a numa plenária ordinária, o Sr. Presidente afirmou que a iniciava com uma frase tirada de Cipião, o antigo: "Salvemos a casa de Tomás Pompeu". É que, como salientou, o estado desta casa era de calamidade, merecendo, por isso, as vistas de todos, principalmente dos responsáveis pelo seu destino.

Em seguida, o segundo secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada por todos sem emendas, e à do expediente, tendo constado de sua matéria o longo requerimento que a diretoria concordou em dirigir às autoridades competentes sobre assunto de interesse do Instituto. Foi lida, finalmente, a proposta, subscrita, nos termos dos estatutos, por três associados, de Luís Dolgado Filho, de Pernambuco, para sócio correspondente, a qual recebeu aprovação unânime do plenário, havendo Florival Seraine declarado que representava excelente aquisição para o Instituto.

Seguiu-se a apresentação do parecer elaborado pela comissão constituída dos srs. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, João Hipólito Campos de Oliveira e Luís Cavalcante Sucupira e favorável ao ingresso no Instituto do Sr. Geraldo Silva Nobre, cujo nome, bem recebido quando do seu lançamento, era saudado com vibrante salva de palmas do plenário.

O Sr. Presidente disse que seria interessante tratar-se de um assunto que, há anos, vinha preocupando o Instituto do Ceará — o plano da História do Ceará, traçada pelo seu ex-presidente Pompeu Sobrinho. Sugeriu a sua revisão, pois nêle, por exemplo, segundo observou, não figurava um tema importante, como a História da Imprensa, e algumas das tarefas distribuídas aos associados, como era do conhecimento de todos, não puderam ser cumpridas.

Martins Filho concordou com a sugestão da presidência, propondo a designação de um Grupo de Trabalho, para elaborar um plano atualizado, que seria, depois, submetido à apreciação de toda a Casa. Manifestou-se, no mesmo sentido, o consócio Florival Seraine, fazendo-o, também, Hugo Catunda, que mostrou, porém, a impossibilidade de uma só pessoa dar conta de uma monografia completa que, na sua opinião, podia ficar a cargo de 3 (três) sócios — um encarregado da pesquisa; outro, da redação, e um terceiro, da revisão.

Fernandes Távora pronunciou-se, favoravelmente, às indicações de Martins Filho, Florival Seraine e Hugo Catunda, as quais, a seguir, tiveram o apoio dos presentes.

O Sr. Presidente designou os Srs. Martins Filho, Florival Seraine, e Hugo Catunda para constituírem a comissão de atualização do plano da História do Ceará, da autoria do ex-Presidente.

Findo a sessão, eu, João Hipólito, 2.º Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por quem de direito em

Fortaleza, 20 de agosto de 1968.

#### Sessão extraordinária de 9 de agosto de 1968

Aos nove dias de agosto, do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às vinte horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, reuniu-se, em caráter extraordinário, o Instituto do Ceará para homenagear seu sócio honorário o general Lyra Tavares, Ministro do Exército, que chegou em companhia do general Alfredo Malan, Comandante do IV Exército, sediado em Recife, e de seu ajudante de ordens, o militar cearense major Manuel Fenelon Câmara.

O visitante foi recebido pela diretoria do Instituto, à cuja frente se encontravam seu Presidente general Carlos Studart Filho e seu vice-Presidente, coronel José Aurélio Câmara, tendo este feito a sua apresentação aos outros membros da Casa: Boanerges Facó, Clodoaldo Pinto, Francisco Alves, Hugo Catunda, João Hipólito Campos de Oliveira, Joaquim Braga Montenegro, Jôsa Magalhães, José Bonifácio de Sousa, José Denizard Macêdo de Alcântara, José Guimarães Duque, Luís Cavalcante Sucupira, Luís Teixeira Barros, Manoel Albano Amora, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Cônego Misael Gomes, Mozart Soriano Aderaldo, Paulo Bonavides, governador Plácido Aderaldo Castelo, Raimundo Girão e Zélia Camurça, bem como ao Diretor de secretaria José Osvaldo Araújo e ao sócio honorário general Raimundo Teles Pinheiro.

Depois da apresentação, na sala principal, o general Aurélio Lyra Tavares, que se achava ladeado pelo Presidente do Instituto, pelo Governador do Estado, pelo general Alfredo Malan, pelo vice-presidente José Aurélio e pelo secretário João Hipólito, foi saudado pelo general Carlos Studart Filho, que lhe fez a entrega do diploma de sócio honorário, tendo o homenageado agradecido a manifestação. O discurso de saudação do Sr. Presidente Studart Filho é do seguinte teor:

Senhor General:

Releve-me V. Exa. venha eu perturbar com estas rápidas palavras o tom de intimidade com que V. Exa. desejou marcar sua presença nesta Casa em momento tão significativo de sua existência.

Não nos seria, entretanto, possível deixar de externar mesmo em pálida dissertação a alegria e a honra que importam para o Instituto do Ceará na visita do peregrino ilustre que desce das altitudes a que o colocaram a elevada investidura de Ministro de Estado e o guardião de merecidas

vitórias intelectuais, para compartilhar conosco de momentos de jubilosa convivência.

V. Exa., Senhor General Lyra Tavares, é hoje recebido numa instituição que marcou a sua presença na paisagem cultural do Ceará e do Brasil por mais de 80 anos de perseverante, contínua e fecunda atividade em prol da História, da Geografia e da Antropologia.

Aqui trabalharam homens cujas pesquisas e realizações literárias assinalam contribuições de maior valia para a Historiografia Nacional. E foi graças a investigações e publicações que aqui se processaram e que daqui saíram, que pôde Capistrano de Abreu afirmar, com sua austera autoridade ser o Ceará o Estado que tem sua História melhor estudada e conhecida.

Merecem aqueles pioneiros da Historiografia cearense a permanente homenagem dos que os seguiram na senda por eles aberta, com exígua ferramenta, em terrenos virgens e erçados de dificuldades. Numa época em que a própria História Nacional se ressentia de deficiências de ordem documental na estruturação da sua construção definitiva, já o Instituto do Ceará, pela operosidade e idealismo dos seus componentes, alicerçava em séria e extensa documentação os delineamentos da história cearense, numa faina incessante de pesquisas com rigor e conhecer com veracidade.

Este compromisso com o trabalho e com a verdade constitui-se a orgulhosa marcha da atividade dos que aqui manejam, atividades a que V. Exa. vem trazer agora a contribuição de sua solidaderade e o estímulo de sabê-lo um dos nossos.

Recebemo-lo, Senhor General, não como chefe militar que exerce a suprema chefia do Exército, não como a autoridade que ocupa lugar de excepcional relêvo nos altos Conselhos da República, mas como o infatigável operário das letras, o erudito pesquisador de nossa História Militar, o estudioso dos homens e dos fatos da realidade brasileira, a mais expressiva presença militar no panorama da inteligência nacional.

É neste caráter que o valemos com honra e alegria. Os livros que escreve, as pesquisas que realizou, as conferências que proferiu ecoaram nesta casa antes que a sua presença física transformasse seus umbrais octogenários. Já o conhecíamos e admirávamos, e se foi grato ir buscá-lo, mais grato ainda foi sentir, neste momento, a acolhida do convite.

A V. Exa., general Lyra Tavares, nossos votos de boas-vindas ao Instituto do Ceará, que na oportunidade agradece também a honrosa visita dos generais Souto Malan e Oscar Bruno e os dignos oficiais que os acompanharam.

Em seguida, o general Aurélio Lyra Tavares, sempre acompanhado do Presidente, general Carlos Studart e do vice-Presidente, coronel José Aurélio Saraiva Câmara, percorreu as demais dependências do Instituto, externando, finalmente, seu entusiasmo pela visita que havia feito e seus agradecimentos pela homenagem que recebera.

Foram batidas várias fotografias da visita do general Aurélio Lyra Tavares ao Instituto do Ceará, sendo servidas, aos que dela participaram, várias taças de guaraná.

Para constar, eu, João Hipólito, lavrei a ata da recepção do Instituto do Ceará ao general Aurélio Lyra Tavares, a qual, lida na sessão imediata, se aprovada, será assinada por quem de direito.

Fortaleza, 20 de agosto de 1968.

#### Sessão ordinária de 20 de agosto de 1968

Aos vinte dias de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a seu Presidente, general Carlos Studart Filho, sendo secretariada pelo segundo secretário João Hipólito Campos de Oliveira. Compareceram

também à sessão Francisco Alves, Joaquim Braga Montenegro, Jôsa Magalhães, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Misael Gomes, Mozart Soriano Aderaldo, Raimundo Girão e Zélia Camurça, ao todo 10 (dez) associados.

O secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior e à recepção do general Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército, pelo Instituto do Ceará, as quais foram aprovadas sem emendas, seguindo-se a do expediente, que constou dos livros entrados para a biblioteca, de fotografias da visita daquele militar, e da correspondência a cargo da diretoria. Foi lida a proposta, assinada por três associados, nos termos do regimento, do Revdmo. Padre Aluísio Furtado (Aires de Montalbo) para sócio correspondente, sendo seu nome saudado com aplausos gerais.

O Sr. Presidente congratulou-se com o plenário pela volta ao Ceará do consócio Raimundo Girão, Secretário da Cultura, "que andou percorrendo terras da Europa e que de lá trouxe cousas interessantes, que nos está dando a conhecer pela imprensa". Registrou depois o comparecimento à sessão do gen. Raimundo Teles Pinheiro e do Dr. Carlos Furtado Lobo, o último dos quais, segundo informou, se acha empenhado em comemorar o centenário do monsenhor João Alfredo Furtado, a transcorrer em setembro. Discorreu depois sobre a comissão designada para tratar da atualização do plano da História do Ceará, a qual fôra acrescida de mais dois membros — Parsifal Barroso e José Aurélio Saraiva, lamentando que seus membros ainda não tivessem se reunido.

Concedida a palavra, pediu-a Mozart Soriano para dizer que o consócio Parsifal Barroso já havia iniciado suas atividades como membro da comissão, pois o tinha procurado algumas vezes nessa qualidade, em busca de elementos para o seu trabalho. Usou-a, também, o general Teles Pinheiro, que declarou haver mandado de Zurich uma carta para o Instituto, recomendando-se aos seus associados. Disse mais que, logo que chegou da Europa e atendendo a convite da diretoria, havia participado da homenagem do Instituto ao general Aurélio de Lyra Tavares, no dia 9 de agosto. Serviu-se, também, do ensejo Francisco Alves, que comunicou já haver entregue à tipografia os originais de seu livro sobre Renato Braga. Ainda na oportunidade, Raimundo Girão anunciou o falecimento, ocorrido no dia anterior, de Paurilo Barroso, de quem fez o elogio que aqui se reproduz quase na íntegra: "Paurilo Barroso constituía uma individualidade digna de um estudo mais profundo. Foi um homem que soube enfrentar tôdas as dificuldades, mas que conseguiu manter sempre acesa a chama do ideal. Paurilo não deixou ser esquecido, um só instante, em sua terra, o culto à arte. Pôde manter em alto nível o amor à música e ao teatro no Ceará. Por último dedicou-se ao teatro, produzindo uma opereta, "Valsa Proibida", que foi encenada no Ceará e em outros Estados, com grande êxito. Deixou também Siahrinha sobre a revolução de 1817, que está fadada, igualmente, ao maior sucesso. Foi uma figura singular. Dirigiu por muitos anos, quase intransigentemente, o Teatro José de Alencar, fazendo dêste um centro cultural de primeira ordem". Concluindo sua exaltação a Paurilo Barroso, pediu se registrasse em ata um voto de pesar pelo seu falecimento, o que foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente ressaltou que juntava o seu, pessoalmente, ao voto do consócio Raimundo Girão, porque conhecia muito bem Paurilo Barroso e era testemunha de seu trabalho diuturno em prol do desenvolvimento artístico do Ceará.

Falou depois Mozart Soriano Aderaldo, que deu, por igual, seu depoimento sobre a atuação destacada de Paurilo Barroso em nosso meio cultural. Frisou que compôs, ao lado de Paurilo Barroso, e juntamente com Eduardo Campos e Nadir Papi Sabóia, a Comissão Diretora do Teatro José de Alencar, nomeada pelo então governador Parsifal Barroso. Sallentou que estava ligado a Paurilo Barroso por laços de amizade, lembrando que o conhecido musicólogo compusera música com base num poema de sua au-

toria. Por tudo isso, havia pranteado sua falta, que era sentida por todos os cearenses amantes da música e do teatro.

Propôs um aditivo ao requerimento, já aprovado, de Raimundo Girão, no sentido de que se desse ciência dessa manifestação de pesar do Instituto à família de Paurilo Barroso e ao seu primo, consócio Parsifal Barroso.

Em seguida, o Sr. Presidente lamentou que os colegas encarregados da palestra e da efeméride não estivessem presentes, justificando então o não comparecimento de Saraiva Leão.

Braga Montenegro requereu um voto de consternação pelo falecimento, no dia 16 de agosto, de D. Isabel Eduardo Campos, genitora do consócio Eduardo Campos, informando que a missa em sufrágio de sua alma seria celebrada, às 18 horas, na Igreja das Irmãs Missionárias, à Av. Rui Barbosa. Além da aprovação do requerimento, foi designada uma comissão constituída dos srs. Braga Montenegro, Fernandes Távora e João Hipólito, para comparecerem ao ato religioso e apresentarem pésames, em nome do Instituto, a Eduardo Campos.

Rogando benevolência para suas comunicações, ao que o Sr. Presidente interveio para acrescentar que elas eram sempre bem recebidas, Mozart Soriano fêz-se ouvir novamente. Desta vez, para solicitar que a presidência submetesse ao plenário moção de justa alegria pela constituição de um grupo, sob a direção de Gustavo Corção, que vai editar **Permanência**. Mozart Soriano assinalou que o título era muito feliz e que não devia ser encarado num sentido estático, mas da fidelidade à lição de Cristo, no capítulo XV do Evangelho de São João.

Ponderou que, fiel a essa doutrina, Gustavo Corção iria fundar uma Revista, que teria, certamente, grande repercussão em todo o País.

Adiantou que Sobral Pinto, não obstante discrepar da orientação do autor da **Descoberta do Outro**, havia comparecido à sessão de instalação daquele grupo. Pediu finalmente que, se aprovada sua proposta, o Instituto a comunicasse a Gustavo Corção, inegavelmente uma das maiores figuras da intelectualidade de nossa terra.

O Sr. Presidente observou que, apesar de o requerimento dispensar votações, mesmo assim o submetia à apreciação de seus pares, tomando os votos nominalmente. Todos se manifestaram a favor da proposição de Mozart Soriano, tendo Braga Montenegro ressaltado que assumia, no caso, a mesma posição de Sobral Pinto, a que se referira o proponente.

Por fim, Carlos Furtado Lôbo agradeceu a fidalguia do Presidente da Casa, ao registrar sua presença no auditório.

#### Sessão ordinária de 4 de setembro de 1968

Aos quatro dias de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária referente a este mês. Presidiu-a seu Presidente, general Carlos Studart Filho, sendo secretariada pelo segundo secretário João Hipólito Campos de Oliveira. Compareceram ainda à reunião os Srs. Francisco Alves, Jôsa Magalhães, José Denizard Macêdo de Aloântara, Luís Cavalcante Sucupira, Manoel Albano Amora e Zélia Camurça, ao todo 10 (dez) associados, além do general Raimundo Teles Pinheiro, o major Mauro Lopes Lima, sócios correspondentes.

O segundo secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada com um aditivo da consócia Zélia Camurça, de que, naquela reunião, ao justificar a proposta de um voto de louvor a Gustavo Corção pela iniciativa de editar **Permanência**, o Sr. Mozart Soriano Aderaldo havia mencionado que o fazia independentemente de qualquer coloração política ou religiosa, mas apenas em consideração ao aspecto cultural da revista.

O Sr. Presidente exibiu o cartão que lhe foi remetido em data de 20-7-68 de Viena e não de Zurich, como informou por equívoco, no momento, o próprio remetente, e figurou na ata, em que o general Raimundo Teles Pinheiro se recomendava a êle e aos demais membros do Instituto. O general Carlos Studart externou a alegria da Casa pela presença no plenário do major Mauro Lopes Lima, sócio correspondente do Instituto do Ceará, que foi, segundo sua apresentação, "quem tirou um pouco do esquecimento, em que jazia, o general Antônio de Sampaio". Acrescentou que fazer a apologia do general Antônio de Sampaio, como ocorreu com Mauro Lopes Lima, autor do interessante trabalho sobre o Patrono da Infantaria, natural da cidade cearense de Tamboril, era fazer a apologia do Ceará. Referiu-se, a seguir, à Comissão designada para estudar o plano da nova História do Ceará, sob a orientação do Instituto, de cujos membros gostaria de ouvir um pronunciamento. Parsifal Barroso leu, então, seu voto a respeito da incumbência que o Instituto havia conferido a uma comissão de 5 membros, de que fazia parte, sobre as diretrizes traçadas por Pompeu Sobrinho para a elaboração da grande História do Ceará.

Mozart Soriano Aderaldo interveio para dizer que, como havia ressaltado anteriormente, Parsifal Barroso não se descurara de suas obrigações, e para sugerir, outrossim, que, pelo fato de a Comissão não ter presidente, nem relator, fôsse remetido o voto lido aos demais componentes do Grupo de Trabalho.

O Sr. Presidente declarava que recebia o voto e que aceitava, também, a sugestão no sentido de que se desse conhecimento do seu teor aos outros companheiros de Parsifal Barroso.

Ainda com a palavra, Parsifal Barroso permitiu-se indagar do major Mauro Lopes Lima, se lhe fôra possível ver, no Exército, a fé de ofício do general Antônio de Sampaio, Parsifal Barroso salientou que considerava Antônio de Sampaio e Delmiro Gouveia, "que foram mal nascidos e mal instruídos", para repetir suas expressões, os dois maiores cearenses. Observou que Sampaio e Delmiro não tiveram quem lhes desse a mão, fizeram-se por êles mesmos, sem a ajuda de ninguém, sòzinhos, nascidos do nada. Adiantou que tinha pelos dois conterrâneos profunda admiração e que os colocava acima daqueles outros cearenses, que são considerados os maiores, mas que, na sua classificação, ocupam um segundo plano, porque foram bem nascidos e bem criados. Finalizou suas observações, dizendo que êstes não se constituíam, ao contrário daqueles, exemplos da fibra, do autodidatismo e do heroísmo dos cearenses.

O major Mauro Lopes Lima declarou a Parsifal que a sua pergunta era muito difícil de ser respondida com precisão. Salientou que havia 5 certidões, que praticamente ficaram reduzidas a uma, sobre a fé de ofício de Antônio de Sampaio. Acrescentou que, de fato, existia pouca coisa a êsse respeito, cumprindo citar a documentação de Pelotas, onde, por sinal, se ergue um busto de bronze em homenagem a Sampaio. Informou que está com a 2.<sup>a</sup> edição, já pronta, de seu livro **O Infante Imortal**, e que não quis lançá-la antes de vir ao Ceará conhecer a terra em que nasceu Sampaio. Agradeceu, por fim, aos membros do Instituto, especialmente aos Srs. Carlos Studart Filho, Mozart Soriano Aderaldo e João Hipólito Campos de Oliveira, autores da proposta, considerando-o sócio correspondente do Instituto, a recepção que, agora, todos lhe tributavam.

Carlos Studart Filho frisou que o major Mauro Lopes Lima se mostrava tão modesto que se esquecera de dizer que sua dedicação ao livro sobre Sampaio era tamanha que vinha ao nosso Estado para ir até à cidade de Tamboril, terra natal do herói cearense.

modesto que se esquecera de dizer que sua dedicação ao livro sobre Sampaio era tamanha que vinha ao nosso Estado para ir até à cidade de Tamboril, terra natal do herói cearense.

O general Raimundo Teles Pinheiro reafirmou que havia dificuldades relativas no só a Sampaio mas também a Caxias, símbolo do soldado bra-

sileiro. Adiantou que Caxias era patrono do Exército Brasileiro e Sampaio da arma de Infantaria por tradição, pois desconhecia qualquer ato oficial designando-os como tais. Esclareceu que o marechal Castelo Branco havia colocado uma estátua de Sampaio na Escola Militar, consagrando o militar cearense como patrono da Infantaria.

O Sr. Presidente ressaltou que a comunicação do general Raimundo Teles Pinheiro, um dos grandes cultores da memória de Sampaio, era sobretudo interessante. A essa altura, anunciou a ordem do dia, lamentando a falta do colega encarregado da Efeméride e passando à Palestra, a cargo da Ora. Zélia Camurça.

Antes de proferi-la, a Dra. Zélia Camurça salientou o registro da passagem, a 22 de agosto, do Dia do Folclore, o que mereceu aprovação unânime. Discorreu depois, longamente, com muito brilhantismo, sobre problemas culturais brasileiros, focalizando a nova reforma universitária, que foi objeto de judiciosos comentários de sua parte.

O Sr. Presidente congratulou-se com os presentes pela magnífica oportunidade que tiveram de ouvir uma das mais brilhantes conferências pronunciadas no plenário por membros do Instituto.

Denizard Macêdo tratou, também, do assunto ventilado por Dra. Zélia Camurça no qual ao seu ver, havia vários pontos importantes. Particularizou a questão das vagas nas Faculdades, em função dos alunos e por pressão social, que era, aliás uma das coordenadas do problema. Depois de dizer que era, preciso estar atento à realidade nacional, ressaltou que se costuma aumentar o número de vagas para uma conjuntura que não tinha capacidade de absorvê-las. Observou que o grupo de reforma, do mais alto nível, era constituído de técnicos brilhantes, mas que se ressentia, na sua opinião, de uma cousa: a falta de vivência do administrador. Aludiu ainda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que pecou a seu ver, pela destruição do princípio de autoridade, indispensável na formação do estudante brasileiro. Encerrou suas considerações, afirmando que "onde não imperava a ordem e tranqüilidade, não se podia trabalhar normalmente". Logo após, prestou esclarecimentos sobre o chamado Projeto Camelô, pesquisa de caráter social que, no seu início, se deveu, em parte, ao ex-diretor do Instituto de Antropologia, o saudoso Presidente Perpétuo desta Casa: o Dr. Pompeu Sobrinho.

Mozart Soriano Aderaldo ocupou-se, por sua vez, da questão, acentuando que, em ciências sociais, há sempre o imprevisível. Salientou que não existiam razões para as previsões sombrias dos consócios Dra. Zélia Camurça e José Denizard Macêdo de Alcântara. Exemplificou com os acontecimentos de 64, quando as subversões falharam para tornar-se vitoriosa a revolução de 31 de março. Citou ainda os fatos atuais, alterados com a invasão da Tchecoslováquia, acreditando que, para o futuro, não deixará, certamente, de haver uma solução salvadora.

Finalmente, Francisco Alves felicitou Dra. Zélia Camurça por sua admirável Palestra, asseverando que está de acôrdo com as suas conclusões, e, até, no seu pessimismo.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, João Hipólito Campos de Oliveira, 2.º Secretário, lavrei a presente ata.

Fortaleza, 20 de setembro de 1968.

#### Sessão ordinária de 20 de Setembro de 1968

Aos vinte dias de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezessets horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a seu Presidente Perpétuo General Carlos Studart

Filho, servindo de secretário o 2.º secretário João Hipólito. Compareceram ainda à reunião os srs. Djacir Menezes, Francisco Alves, Luís Sucupira, Manoel Albano Amora e Manuel do Nascimento Fernandes Távora, ao todo 7 (sete) associados, além do Sócio Correspondente Mauro Lopes Lima,

O segundo secretário procedeu à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem emendas, e à do expediente, tendo constado dêste uma correspondência cada vez mais elevada, como observou o Sr. Presidente.

O consócio Francisco Alves foi designado para ser membro, como representante do Instituto, no concurso instituído pelo D.N.O.C.S., para estudantes universitários sôbre a ação desenvolvida, no Nordeste, por aquêle departamento.

Concedida a palavra, usou-a, inicialmente, Francisco Alves não só para agradecer a indicação de seu nome mas também para propor um voto de louvor pelo relatório apresentado pelo Sr. Presidente General Carlos Studart Filho, sôbre as atividades do Instituto.

Em seguida, Albano Amora congratulou-se com Francisco Alves por motivo de sua eleição para a Academia Cearense de Letras, tendo o homenageado agradecido as congratulações e estendido o seu agradecimento a tôda a Casa, pela aprovação que deu à proposta.

O Sr. Presidente lamentou a falta dos consócios encarregados da Eferméride e da Palestra, passando depois à ordem do dia, constando de uma homenagem à memória do marechal Mascarenhas de Moraes.

O major Mauro Lopes Lima, a instâncias dos presentes, falou sôbre o marechal Mascarenhas de Moraes, dizendo o seguinte:

"Fui surpreendido com a notícia da morte do marechal Mascarenhas de Moraes. Não estou preparado para dizer muita coisa sôbre a vida dêle. Quando se organizou a FEB, êste pugilo de bravos que lutando nos campos da Europa ao lado e em igualdade de condições com os Exércitos mais poderosos, êle deixou assinalado, mais uma vez, o valor do combatente. Eu servia em Jundiá quando o nosso grupo foi designado para integrar a 2.ª Divisão. Nessa ocasião, Mascarenhas de Moraes, na qualidade de General, comandava a 7.ª Região Militar. Era êle um chefe que não se limitava a dar ordens mas a acompanhar sua execução. O serviço que êle prestou como comandante da FEB ficou perenizado. Em homenagem a êle, que não morreu porque entrou na galeria dos imortais, peço que se faça um minuto de silêncio."

Em seguida João Hipólito Campos de Oliveira, que disse haver sido juntamente com Mozart Soriano Aderaldo, aluno do C.P.O.R. e estagiário no 23 B.C. ao tempo de formação da FEB sob o comando de Mascarenhas de Moraes, deu seu depoimento sôbre o grande militar, o mesmo fazendo o general Carlos Studart Filho.

Logo após, Djacir Menezes declarou que sempre vinha ao Ceará um pouco alegre, mas desta vez o fazia um tanto oprimido, pois sua genitora se achava doente.

Referindo-se às atas do Instituto, especialmente a que ouvira, afirmou que elas representavam um documento de uma densidade muito grande e constituíam uma prova da vitalidade do Instituto.

Associou-se, também, à manifestação ao presidente Carlos Studart Filho, comentando a frase do poeta russo, por êle citada, a respeito de Lênine. Frisou que o Sr. Presidente havia interpretado, democráticamente, como nós democratas, a poesia comunista. Observou que, dentro da interpretação marxista, quando o partido assimila o indivíduo, êste abdica de sua liberdade. E concluiu: "a onipotência do partido se processa à custa de uma máquina que se torna cada vez mais opressora".

O consócio Fernandes Távora observou que, quando presidente de organizações e dirigente do Estado, só fazia aquilo que combinava com seus liderados. Finalizou suas observações, salientando assim que seus correligionários tinham inteira liberdade de manifestação e crítica.

O Sr. Presidente aludiu, por sua vez, ao comentário de Djacir Menezes, a respeito da absorção do indivíduo pelo grupo, quando o homem não precisava ter cabeça mas cumprir as decisões dos chefes.

Depois de ressaltar que as sessões do Instituto são, atualmente, verdadeiras mesas de debate, o Presidente lastimou ter de encerrar a sessão com uma notícia muito triste! Informou que a Secretaria de Cultura havia recebido certa importância da qual, infelizmente, nada cabia ao Instituto. Concluiu suas informações, dadas com pesar, mostrando que conseguir qualquer dinheiro para o Instituto do Ceará era difícil e que lhe parecia haver verdadeiro entrave à sua consecução.

Djacir Menezes interveio para assinalar que as subvenções se destinam mais aos museus, tendo Luís Sucupira aparteado também para dizer que estavam devendo 14.000 contos ao Instituto.

Como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão, da qual eu, João Hipólito Campos de Oliveira, lavei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

Fortaleza, outubro de 1968

#### Sessão ordinária de 7 de outubro de 1968

Aos sete dias de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, na sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária referente a este mês. Presidiu-a seu Presidente General Dr. Carlos Studart Filho, sendo secretariada pelo 2.º secretário João Hipólito Campos de Oliveira. Compareceram também à reunião os srs. Francisco Alves, Joaquim Braga Montenegro, Jôsa Magalhães, José Denizard Macêdo de Alcântara, Luís Sucupira, Manoel Albano Amora, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Raimundo Girão e D. Zélia Camurça, ao todo 11 (onze) associados.

O secretário leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada com um adendo do Presidente, de que, ao prestar seus depoimentos sobre o marechal Mascarenhas de Moraes, que fôra o Comandante da Força Expedicionária Brasileira, na 2.ª Grande Guerra Mundial, mencionara o fato de se haver oferecido para seguir, com a FEB, como médico militar, em cuja qualidade servira anteriormente ao Exército Nacional.

Depois da leitura do Expediente, que constou da correspondência enviada e recebida pelo Instituto, passou-se à Ordem do Dia, tendo o Sr. Presidente tratado de assuntos relativos à vida interna do Instituto.

A presidência informou que a diretoria já havia se manifestado favoravelmente aos pareceres das comissões, dando como idôneos os candidatos que concorriam às vagas existentes no Instituto, pelo que designava a próxima sessão para a eleição dos srs. Gomes de Freitas e Geraldo Silva Nobre.

Em seguida, reportou-se à posse do novo sócio Osvaldo Riedel, que seria saudado pelo cel. José Aurélio, adiantando que cabia aos dois marcar o dia em que ela devia verificar-se.

Aludiu depois à sessão em homenagem à memória dos sócios mortos, tendo D. Zélia Camurça lembrado o dia 9 de novembro, que marcava o 1.º aniversário do falecimento de Pompeu Sobrinho, para sua realização, e o Presidente indicado o nome do consócio Francisco Alves para orador oficial.

Comunicou ainda haver cedido a sede do Instituto para a sessão inaugural da Associação Cultural Brasil-Alemanha, que se processou no dia 4 de novembro de 1968, com a presença dos sócios do Instituto Paulo Bonavides, José Aurélio, João Hipólito e Albano Amora.

Acrescentou que o Instituto tinha remetido as sugestões de Parsifal Barroso para os membros da comissão encarregada de estudar a reestru-

turação da Grande História do Ceará, sem que, decorridos os 30 dias estabelecidos, os demais membros daquele grupo de trabalho houvessem se pronunciado a esse respeito. Por isso concluiu sua comunicação. A diretoria resolveu chamar a si esse encargo de elaborar o novo plano da notável obra traçada inicialmente pelo ex-presidente Pompeu Sobrinho.

Declarou mais que o tesoureiro Luís Sucupira continuava a trabalhar, mas em vão, pela celebração do novo convênio entre o Instituto e a Universidade para a exploração da editora, tendo aquele consócio dado informações sobre o assunto.

Concedida a palavra, usou-a D. Zélia Camurça para requerer moção de regozijo pela passagem do 40.º aniversário de ingresso do Presidente no Instituto:

Sr. Presidente, peço a palavra.

Solicito aos ilustres consócios seja dada uma moção de regozijo pela passagem, a 27 último, do aniversário de ingresso, no Instituto do Ceará, do nosso ilustre Presidente, o Dr. Carlos Studart Filho.

São quatro décadas de apreciáveis realizações, inicialmente como 2.º secretário, e membro da comissão da Revista, posteriormente como Secretário-Geral Perpétuo e da Comissão de Publicações e mais recentemente como Presidente e membro permanente da Comissão da Revista.

Como dedicado organizador, coordenador, revisor, pouco falta ao Dr. Carlos Studart ser o linotipista e o paginador e o seria com certeza se isso fôsse condição "sine qua non" para o lançamento de mais um número da Revista do Instituto do Ceará.

João Hipólito associou-se a essa manifestação, bem como à outra que foi tributada a Carlos Studart, constante de um jantar, às quais emprestou, também, sua solidariedade o consócio Fernandes Távora.

Falou após o consócio Raimundo Girão sobre as atividades da Pasta que ocupa no governo atual, a Secretaria de Cultura, ressaltando que esta, no objetivo de dar condições aos órgãos que compõem sua estrutura — biblioteca, museu, teatro e arquivo, vinha trabalhando no sentido de aparelhá-las. Salientou que o último trabalho realizado pela Secretaria de Cultura fôra a restauração do Arquivo Público, que estava quase completamente abandonado e que, já hoje, dispõe de um aparelho de microfilmagem. Frisou que agora, quando tudo já está arrumado, precisa a S. C. dar ao arquivo sua verdadeira destinação e de proceder a um trabalho de seleção, metucioso e sensato. Observou que não queria fazer isso sem contar com um elemento do Instituto, motivo pelo qual solicitava a designação de um dos seus membros para ser o presidente daquela comissão.

Queria ocupar-se ainda de outro assunto, pois constava da ata da sessão anterior que a Secretaria de Cultura não havia contemplado o Instituto do Ceará com nenhuma verba. Explicou que, dos 50 milhões a ela reservados, 15 foram encaminhados à Casa de Juvenal Galeno, 15 ao Museu do Vaqueiro em Morada Nova, 10 ao Teatro de Icó e 10 à Academia Cearense de Letras para sua sede. Disse que ninguém, no passado e no presente, havia amado tanto quanto ele o Instituto do Ceará, a que dera, inicialmente, como associado, depois como diretor e agora Secretário de Cultura todos os elementos compatíveis com suas possibilidades.

Carlos Studart disse que não procedia, senão em parte, a queixa de Raimundo Girão, de quem era admirador, pelo muito que ele havia feito em prol do Instituto.

Por fim, Francisco Alves pediu licença para fazer a Efeméride, tendo antes comunicado que havia sido convidado pelo Governador para integrar a Comissão de Reforma Agrária no Ceará e solicitado permissão, também, para agradecer ao senador Fernandes Távora pelo artigo que escreveu sobre seu livro **Agronomia e Humanismo**.

Assinalou que transcorreu, no dia 3 de outubro, o 3.º aniversário do falecimento de Monte Arrais, que nunca se formara em Direito mas que

fôra considerado Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Rio Grande do Sul.

Disse que estava prêso aos intelectuais desta Casa por motivo de gratidão: a Renato Braga, na agronomia e a Pompeu, na economia agrária, da mesma maneira que, fora dela, a Monte Arrais, na parte política.

Finalizou o elogio a Monte Arrais, afirmando que, no trabalho que estava escrevendo sôbre êle, o considerava, com justa razão, o maior autodidata do Brasil.

O Sr. Presidente submeteu à apreciação do plenário a proposta do sr. Nertan Macêdo para sócio correspondente do Instituto, a qual foi saudada com vibrante salva de palmas e coroada com a aprovação unânime dos presentes.

Como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão, da qual, eu, João Hipólito, 2.º secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

Fortaleza 7 de outubro de 1968

#### Sessão ordinária de 21 de outubro de 1968

Aos vinte e um dias de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, a Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a seu Presidente General Dr. Carlos Studart Filho, funcionando como secretário-geral o Dr. Mozart Soriano e 2.º secretário o Dr. João Hipólito. Além desses diretores, deram presença à reunião Boanerges Facó, Clodoaldo Pinto, Florival Seraine, Francisco Alves, Hugo Catunda, Jôsa Magalhães, José Aurélio Saraiva Câmara, José Bonifácio de Sousa, José Danizard Macêdo, Luís Cavalcante Sucupira, Luís Teixeira Barros, Manoel Albano Amora, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Mozart Soriano Aderaldo, Paulo Bonavides e Zélia Camurça, ao todo 20 (vinte) associados e bem assim os sócios correspondentes general Teles Pinheiro e major Mauro Lopes Lima e o eleito, mas ainda não empossado, Osvaldo de Oliveira Riedel. O segundo secretário procedeu à leitura da ata, que foi aprovada sem emendas, e à do expediente, tendo constado dêste a correspondência enviada e recebida pelo Instituto no período da anterior à atual sessão.

Concedida a palavra, usou-a José Aurélio para registrar a passagem, neste dia, do 130.º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e para solicitar que fôsse transmitido ao seu Presidente, Dr. Pepero Calmon, em nome do Instituto do Ceará, um telegrama de congratulações.

Na Efeméride, Paulo Bonavides referiu-se a um acontecimento que, na sua opinião, devia ser celebrado por todos os povos livres — a Declaração dos Direitos do Homem. Paulo Bonavides salientou que o trabalho das Nações Unidas tem sido para implantar o respeito aos direitos humanos e para conciliar os direitos individuais com os sociais. Concluiu suas observações, ressaltando que o ano de 1968, em que celebramos a Declaração dos Direitos Humanos, nos convidava a exames, a estudos, a reflexões da ordem da que êle fizera.

O Presidente elogiou o trabalho de Paulo Bonavides, afirmando que todos tinham ouvido a palavra do encarregado da Efeméride que a aproveitara para nos ministrar uma aula e fazer propaganda dos princípios que expôs.

O consócio Eduardo Campos ocupou-se, em seguida, da Palestra, lendo interessante trabalho de folclore que está elaborando, o qual foi muito aplaudido pelos presentes.

Alegando que "quem muito fala muito erra", o Sr. Presidente declarou que não iria analisar a obra de um mestre, que já havia sido consagrada pelos aplausos de todos. Finalizou seus comentários à Palestra, dizendo que esta, como a Efeméride, tinham apresentado tal cunho científico que, já hoje, ser sócio do Instituto se constituía uma regalia.

O Sr. Presidente anunciou, depois, que havia número para a eleição destinada ao provimento das vagas existentes no Instituto, de que eram candidatos Antônio Gomes de Freitas e Geraldo da Silva Nobre, tendo designado para secretariá-la o Dr. Mozart Soriano Aderaldo e para servirem como escrutinadores os srs. Luís Barros e Francisco Alves.

Os candidatos alcançaram a totalidade dos votos dos presentes, ou seja, 20 sufrágios, o que levou o Sr. Presidente a considerá-los eleitos e a conceder-lhes o prazo regulamentar de 30 dias para dizerem se aceitam ou não a eleição.

Dos 34 (trinta e quatro) sócios existentes no Instituto, compareceram a esta reunião 20 (vinte) deles, cujos nomes já constam da lista de presença, tendo faltado, assim, 14 (quatorze) deles.

Dessa relação, 3 (três) residem fora do Estado — ministro Abner Vasconcelos, D. Antônio de Almeida Lustosa e Djacir Menezes; 3 (três) estão ausentes — Antônio Martins Filho, Joaquim Braga Montenegro e José Sobreira de Amorim; 1 (um) está enfêrmo — Antônio Martinz de Aguiar e Silva e 1 (um) ainda não tomou posse — Osvaldo Riedel.

O não comparecimento obrigatório limitou-se, pois, a 5 (cinco) consócios efetivos — Fran Martins, João Batista Saraiva Leão, José Guimarães Duque, Cônego Dr. Misael Gomes e governador Plácido Castelo.

O 2.º secretário João Hipólito Campos de Cliveira requereu moção de louvor ao presidente Carlos Studart pelo lançamento de seu livro **História em Quadrinhos**, merecendo o requerimento aprovação integral.

O secretário-geral Mozart Soriano Aderaldo pediu que o Instituto designasse uma comissão para visitar o consócio Martinz de Aguiar, que se acha doente, mas que já recebe visitas, propondo-se os sócios a fazê-lo pessoalmente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, João Hipólito, 2.º secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

#### Sessão ordinária de 4 de novembro de 1968

Aos quatro de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará, como o faz mensalmente naqueles dias, sua primeira sessão plenária ordinária referente àquele mês. Presidiu-a seu Presidente, General Dr. Carlos Studart Filho, servindo de Secretários os srs. Mozart Soriano Aderaldo e João Hipólito Campos de Oliveira, os quais se sentaram à mesa diretora dos trabalhos.

Além desses diretores, compareceram à reunião, tomando assentos nas bancadas, os srs.: Antônio Martins Filho, Jôsa Magalhães, José Parsifal Barroso, Luís Cavalcante Sucupira, Luís Teixeira Barros, Manoel Albano Amora e Zélia Camurça, ao todo 10 (dez) associados, bem como o sócio eleito mas ainda não empossado Geraldo Silva Nobre.

O segundo secretário leu a ata da sessão anterior, sendo esta aprovada com a emenda, do Sr. Presidente, de que a comissão que visitou o consócio Martinz de Aguiar, ora enfêrmo em sua residência, era por ele constituída e pelos srs. Clodoaldo Pinto e Jôsa Magalhães. Procedeu depois à leitura do expediente, que constou da relação dos livros entrados na biblioteca e da correspondência enviada e recebida pelo Instituto no período compreendido entre a última e a atual sessão.

Na parte que lhe era destinada, o Sr. Presidente fêz duas comunicações: I) que a comissão encarregada de visitar o consócio Martins de Aguiar havia se desincumbido de sua missão; II) que a sessão póstuma dedicada aos sócios falecidos Pompeu Sobrinho, padre Rodolfo Ferreira da Cunha e Andrade Furtado tinha sido adiada, por circunstâncias imprevisíveis, para o dia 25 de novembro.

Mozart Soriano Aderaldo deu ciência ao plenário de que a Universidade do Ceará, reconhecendo os méritos do professor Martinz de Aguiar, lhe havia concedido, com muita justiça, o título de Doutor **Honoris Causa**. Historiou os fatos que determinaram a concessão dessa honraria, mencionando que, extra-sessão, tinha lembrado aos seus colegas do Instituto a idéia da homenagem a Martinz de Aguiar, a qual teve logo a aprovação de todos. Parsifal Barroso associou-se à manifestação a Martinz de Aguiar, o mesmo acontecendo a Fernandes Távora, que salientou haver a proposta de Mozart Soriano Aderaldo representado o consenso de toda a casa. Martins Filho pôs em relevo que a sugestão do Instituto foi recebida com euforia no Conselho Universitário, tornando-se um acontecimento verdadeiramente excepcional, pois todos os conselheiros, sem discrepâncias, se manifestaram a favor da distinção ao prof. Martinz de Aguiar. Mozart Soriano Aderaldo adiantou que a homenagem a Martinz de Aguiar tinha merecido aprovação integral no Conselho Universitário, incluindo-se o apoio unânime dos estudantes ali representados, pelo que a festa da entrega de diploma honorário devia ser não apenas do Instituto e da Universidade mas de todas as instituições culturais do Estado.

O presidente Carlos Studart prestou, também, seu depoimento, afirmando que, ao procurar o reitor Fernando Leite para transmitir-lhe, em nome do Instituto, o apêlo para que fôsse concedido o título a Martinz de Aguiar, havia recebido de sua parte a melhor acolhida.

O Sr. João Hipólito requereu a inserção, em ata, de um voto de saude a Paulo Sarasate, que, se vivo fôsse, teria comemorado, no dia anterior, seu aniversário natalício, tendo o Sr. Presidente declarado que era uma demonstração de pesar que se impunha à concordância de todos.

Parsifal Barroso informou, a respeito da carta de D. Antônio, lida no expediente, ter estado com S. Excia. Revdma., a quem encontrou escrevendo no Seminário dos Salesianos, em Carpina, Nazaré. Disse mais que, com D. Antônio, havia repassado os acontecimentos e que com êle trocou idéias, também, sobre o Instituto do Ceará. Concluiu seu relato, afirmando que tinha certeza de tratar-se de informes de que seus colegas do Instituto haviam tomado conhecimento com muita alegria.

Carlos Studart agradeceu a comunicação de Parsifal Barroso sobre o estado de saúde de D. Antônio, dizendo que o considerava um verdadeiro santo, o que se vislumbrava de sua fisionomia ascética.

A êsse propósito, Parsifal Barroso recordou uma comparação de S. Exa. Revdma. o Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, que lhe dissera ser êle uma seta, enquanto que D. Antônio era um asceta.

Logo depois, o Sr. Presidente perguntou ao tesoureiro Luís Sucupira que havia, de novidade, na tesouraria. Sucupira esclareceu que a tipografia está encostada, está se estragando e que Frazão, com quem estivera, lhe dissera que não podia se responsabilizar pela sua manutenção. Luís Sucupira acrescentou que a Universidade devia 9 mil contos de arrendamento da tipografia e que o reitor Prisco Bezerra havia proposto a dotação de 25 mil contos para ser retirada a tipografia. Mozart Soriano interveio para afirmar que talvez tivesse sido êle um dos primeiros a ocupar-se do assunto, quando externou, públicamente, sua opinião de que o Instituto devia desvinculá-la da Universidade. O Sr. Presidente referiu-se, finalmente, ao problema da água na Casa de Tomás Pompeu, tendo Mozart Soriano Aderaldo indicado o nome de Parsifal Barroso para tratar da questão com o diretor do SAAGEC, Dr. João Sanford.

Em seguida, Manoel Albano Amora manifestou seu júbilo pela publicação da 2a. edição da *História em Quadrinhos* do Sr. Presidente e pela presença do plenário do nôvo sócio G. S. Nobre, já eleito mas ainda não empossado.

Encarregado da Palestra, Albano Amora falou após sobre as Conservatórias Britânicas ou Tribunais Britânicos, tecendo comentários, igualmente, em tôrno do assunto os consócios Parsifal Barroso, G. S. Nobre e Carlo Studart Filho.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual eu, João Hipólito, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

#### Sessão ordinária de 25 de novembro de 1968

Aos vinte e cinco dias de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às vinte horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, conforme foi amplamente divulgado através de convites à imprensa, às autoridades e às famílias dos homenageados, realizou o Instituto do Ceará sua sessão solene dedicada aos sócios falecidos: Pompeu Sobrinho, padre Rodolfo Ferreira da Cunha e Andrade Furtado. Presidiu-a, na ausência do Presidente, General Dr. Carlos Studart Filho, o Vice-Presidente, Coronel José Aurélio Câmara, que convidou a tomarem assento na mesa diretora dos trabalhos os Srs. Drs. Aílton Lóssio, Vice-Reitor da Universidade do Ceará, monsenhor André Camurça, Secretário de Educação, Raimundo Girão, Secretário de Cultura, José Bonifácio de Sousa, Secretário de Administração, general Raimundo Teles Pinheiro, Antônio Martins Filho e Francisco Alves de Andrade.

Compareceram também à reunião os srs. sócios:

João Hipólito Campos de Oliveira, Joaquim Braga Montenegro, José Denizard Macêdo de Alcântara, Luís Cavalcante Sucupira, Luís Teixeira Barros, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Côn. Misael Gomes da Silva, ao todo 12 (doze) associados com os citados anteriormente, bem como Antônio Gomes de Freitas, Geraldo Silva Nobre e Osvaldo de Oliveira Riedel.

Estiveram presentes, ainda, membros e amigos das famílias dos sócios cuja memória era reverenciada, destacando-se, entre os mesmos, José e João Pompeu de Sousa Brasil, Luís Cruz de Vasconcelos, padre Monteiro da Cruz, padre Aluísio Furtado, Caubi Assis Bezerra, Dr. Vinícius de Barros Leal, José Osvaldo Araújo e vários outros.

O orador oficial Dr. Francisco Alves pronunciou brilhante discurso de exaltação às atividades culturais de cada um dos homenageados, dentro e fora do Instituto.

O presidente José Aurélio fez, também, o elogio dos sócios falecidos, pondo em relêvo, finalmente, a atuação do marechal Castelo Branco, sócio honorário do Instituto.

Foi assinada uma lista de presença, tendo o Sr. Presidente encerrado a sessão, de que, para constar, eu, João Hipólito, 2.º Secretário, lavrei a presente ata.

#### Sessão solene de 25 de novembro de 1968

Sessão realizada em homenagem póstuma aos sócios falecidos: Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, padre Rodolfo Ferreira da Cunha e Dr. Manuel Antônio de Andrade Furtado.

ORADOR — Dr. Francisco Alves de Andrade e Castro.

## LISTA DE PRESENÇA

Mons. André V. Camurça  
Pe. Misael Gomes da Silva  
José Mendes Carneiro  
Maria Noélia Andrade Furtado Carneiro  
Margarida de Andrade Furtado  
Rita Andrade Pordeus  
Alice Pinheiro Pompeu Viana  
José Aurélio Câmara  
Braga Montenegro  
Luís Sucupira  
Antônio Martins Filho  
Jósa Magalhães  
José Pompeu de Souza Brasil  
Raimundo Girão  
Gen. Raimundo Teles Pinheiro  
Ailton Gondim Lóssio — Vice-Reitor  
João Ferreira Filho  
Oswaldo de Oliveira Riedel  
João Pompeu de Souza Brasil  
Neide Pinheiro Pompeu  
Zélia Sá Viana Camurça  
Elcias Camurça  
Geraldo Silva Nobre  
Marcelo Viana  
Fernandes Távora  
Moema Távora  
Antônio Gomes de Freitas  
Luiz T. Barros  
José Denizard Macêdo de Alcântara  
José Bonifácio de Souza  
José Oswaldo de Araújo  
Padre Aloísio Furtado  
Caubi de Assis Bezerra  
Suli Furtado Bezerra  
João Hipólito Campos de Oliveira  
Padre A. Monteiro da Cruz  
Venícius de Barros Leal  
Luís Cruz de Vasconcelos  
Francisco Alves de Andrade e Castro  
José dos Santos Barros.

## Sessão ordinária de 5 de dezembro de 1968

Aos cinco dias de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua primeira sessão plenária ordinária referente àquele mês, a qual, em virtude da ausência do presidente, vice-presidente, secretário-geral, 1.º secretário, foi presidida pelo 2.º secretário João Hipólito. Este convidou para secretariá-la o consócio Francisco Alves, que procedeu à leitura do expediente, enquanto que o Sr. Presidente se permitiu ler a Ata, por êle lavrada, como secretário da sessão anterior, a qual foi aprovada sem emendas. Compareceram também à reunião os Srs. Antônio Gomes de Freitas, Geraldo Silva Nobre, Joaquim Braga Montenegro, José Parsifal Barroso, Luís Sucupira, Raimundo Girão e Zélia Camurça, ao todo 9 (nove) associados.

O presidente João Hipólito formulou um apêlo aos associados no sen-

tido de que remetessem suas fotografias para a galeria do Instituto, que fôra enriquecida, últimamente, com mais 3 retratos de membros do Instituto.

Na parte de Comunicações, Luís Sucupira deu ciência de que já havia sido assinado nôvo convênio com a Universidade no valor de NCR\$ 9.000,00 para a construção do pavilhão destinado à tipografia.

Em seguida, Raimundo Girão comunicou que o Arquivo Público do Estado estava funcionando num prédio moderno, situado à Rua Pinto Madeira. Acrescentou que a Secretaria de Cultura, de que é titular, tinha dirigido um ofício ao Instituto, solicitando o nome de um dos seus sócios para compor a Comissão de Serviço de Seleção dos documentos pertencentes ao Arquivo.

Parsifal Barroso disse que, a seu ver, não existiam no Ceará pessoas em condições de executar serviços dessa natureza, de exigências técnicas, pois o nosso Estado, como de resto quase todo o país, se ressentia ainda da falta de museólogos. Foi aprovado, por unanimidade, o nome de Gomes de Freitas, pela sua experiência nesse setor, para representar o Instituto na comissão que funcionará junto ao Arquivo, tendo o indicado aceito sua designação, desde que pudesse contar com a colaboração de Parsifal Barroso.

Em seguida, Luís Sucupira leu tôda uma página do **Jornal do Brasil** do Rio, de autoria de Nonato Masson, em que era focalizada a tese de Pompeu Sobrinho, defendida por Raimundo Girão, de que, antes de Cabral, descobridor oficial do Brasil, havia estado no nosso país o navegador espanhol Pinzón que aportara em Ponta Grossa, no Aracati, no Ceará.

Parsifal Barroso sugeriu que competia ao Instituto, aproveitando a ocasião que nos projetou interna e externamente, examinar e pesquisar não o ponto de vista de Pompeu Sobrinho, esposado por Raimundo Girão, que é incontestado, mas a quem cabe, realmente, o título de descobridor de fato do Brasil.

Raimundo Girão adiantou que a tese de Pompeu Sobrinho, que êle adotava, era pouco conhecida, e que, por isso, a Secretaria de Cultura iria divulgá-la em folheto, para maior conhecimento do público em geral.

O Sr. Presidente agradeceu ao consócio Francisco Alves a oferta que êle fizera ao Instituto de uma estante, para utilização dos oradores nas sessões, a qual, por feliz coincidência, havia sido inaugurada pelo próprio ofertante, quando da sessão em homenagem à memória dos companheiros Dolor Barreira, Andrade Furtado e padre Rodolfo Ferreira da Cunha.

E nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a sessão da qual se fez a presente ata.

Fortaleza, 5 de dezembro de 1968

#### Sessão ordinária extra de 10 de dezembro de 1968

Aos dez dias de dezembro de 1968, às dez horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, por convocação do Presidente em exercício, cel. José Aurélio, reuniu-se, em caráter extraordinário, o Instituto do Ceará. A sessão especial, que foi presidida pelo Vice-Presidente Cel. José Aurélio e secretariada pelo 2.º Secretário João Hipólito, compareceram também os Srs. José Bonifácio, Raimundo Girão, Luís Sucupira, Geraldo Silva Nobre, Jôsa Magalhães, Francisco Alves, Osvaldo Riedel, Gomes de Freitas e Zélia Camurça, ao todo 11 (onze) associados.

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião extra, sem prejuízo da do dia 20, que será a última do ano, quando haverá importantes assuntos a serem debatidos. Disse mais que o Instituto do Ceará está a braços com um problema, que se vincula aos seus objetivos, e que o situa dentro da es-

trutura que lhe é própria. Adiantou que Raimundo Girão, há alguns dias, tinha levantado o problema da prioridade do descobrimento do Brasil em relação a espanhóis e portugueses. Concluiu suas observações, afirmando que Raimundo Girão tinha ido mais além, ao aceitar a tese de Pompeu Sobrinho com referência ao fascinante tema. Nestas condições, havia pensado em designar uma comissão de membros do Instituto do Ceará para, à base de documentos, tratar da questão. Essas conclusões, apresentadas em relatório, seriam debatidas e aprovadas pelo plenário, tornando-se, então, o pronunciamento oficial do Instituto.

Tendo colocado o problema nesses termos, indagava dos presentes se concordavam com o seu procedimento.

Raimundo Girão pediu a palavra para ressaltar que não havia corrido, por si mesmo, para o enfoque do assunto. Acrescentou que tudo girava em torno da opinião de Pompeu Sobrinho, autor da **Proto-História do Ceará**, na qual ele sustenta a primazia de Pinzón, o que não é mais debatido. O ponto controverso é apenas o local em que teriam aportado os descobridores, tendo Pompeu Sobrinho desprezado as outras versões para aceitar a Ponta Grossa como o local em que Pinzón pisou. Frisou que estava em jogo o ponto de vista de Pompeu Sobrinho e que o Instituto do Ceará tinha responsabilidade quanto à sua aceitação. Finalizou seus esclarecimentos, salientando que a idéia da designação da comissão, embora não se pretendesse trancar o assunto nem dar sobre ele a última palavra, era muito boa.

Oswaldo Riedel interveio para acentuar que tinha a impressão de que nem todos possuíam a **Proto-História do Ceará** de Pompeu Sobrinho, motivo pelo qual sugeria que se tirasse uma cópia do trabalho para conhecimento dos membros do Instituto. Luís Sucupira esclareceu que, na sessão anterior, Raimundo Girão se referira ao seu plano de imprimir uma plaqueta contendo os estudos de Pompeu Sobrinho.

José Aurélio lembrou que, por mera coincidência, o assunto possivelmente seria debatido a 4 de fevereiro próximo, quando se comemoraria o aniversário da chegada de Pinzón ao Brasil. Designou a comissão constituída dos sócios Parsifal Barroso, com quem se entendera, Geraldo Silva Nobre, José Bonifácio e Raimundo Girão. Este pediu que seu nome fôsse excluído da comissão, pois já estava muito comprometido com a tese de Pompeu, sendo atendido na sua solicitação.

Finalmente, Zélia Camurça solicitou, ao ensejo do 2.º Aniversário da instalação da Secretaria de Cultura, a inserção em ata de uma moção de regozijo pelo invulgar labor de cultura e benemerência que aquela Pasta vinha desenvolvendo em nosso Estado.

José Aurélio congratulou-se, em seu nome e no do Instituto, com o consócio Raimundo Girão pela passagem do 2.º aniversário da Secretaria de Cultura, à frente da qual muito tem realizado. Por isso, dava como aprovada a proposição de D. Zélia Camurça, que era das mais auspiciosas.

E, como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão, tendo eu, João Hipólito, 2.º secretário, lavrado a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

#### Sessão ordinária de 20 de dezembro de 1968

Aos vinte dias de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, em sua sede social, à Praça do Carmo, realizou o Instituto do Ceará sua segunda sessão plenária ordinária referente ao mês. Presidiu-a, na ausência do Presidente Gen. Carlos Studart, seu vice-presidente, cel. José Aurélio Saraiva Câmara, servindo de secretário o 2.º Secretário João Hipólito. Compareceram também à reunião: Antônio Martins Filho, Djalmar Menezes, Francisco Alves, Geraldo Silva Nobre, Joaquim Braga Montenegro, Jôsa Magalhães, Luís Sucupira, Manuel do

Nascimento Fernandes Távora, Osvaldo de Oliveira Riedel e Raimundo Girão, ao todo 12 (doze) associados. Fizeram-se presentes, igualmente, os Drs. José Fernandes e Carlos d'Alge, pela Universidade do Ceará, Vladir e Vlademir Menezes, filhos de Djacir Menezes e José Osvaldo de Araújo, Diretor da Secretaria do Instituto.

O 2.º secretário procedeu à leitura da ata da sessão extraordinária, que foi aprovada sem emendas, ficando para ser lida noutra oportunidade a da sessão plenária ordinária do dia 4 de dezembro em virtude de ter sido lavrada pelo consócio Francisco Alves, que funcionou como Secretário, em substituição ao seu titular efetivo João Hipólito, então na presença dos trabalhos.

Depois do expediente, que constou da Correspondência recebida e enviada pelo Instituto, José Aurélio deu ciência à casa de que estêve na Reitoria, onde, na qualidade de Presidente, assinou o termo do contrato que, anualmente, o Instituto mantém com a Universidade sobre a tipografia. O Sr. Presidente informou ainda que o Serviço de Engenharia da Universidade já havia elaborado a planta do edifício para funcionamento da tipografia. Acrescentou, que, no dia 12 de dezembro, tinha decorrido o 1.º centenário da morte do grande naturalista MARTIUS, que era um assunto que tocava de perto ao Instituto pela significação de sua obra. Concluiu dizendo que a sessão do dia 20 de janeiro de 1969, já que a de 5 de janeiro seria consagrada à memória do Barão de Studart, teria como objetivo homenagear MARTIUS na passagem do centenário do seu falecimento, do qual se ocuparia o consócio Osvaldo Riedel.

Na parte de Comunicações, Francisco Alves requereu um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia anterior, do Revmdo. Padre Pedro Zingerlê, figura histórica que acompanhou a vida do Seminário da Prainha nos últimos quartéis de sua existência. O requerimento de Francisco Alves, que leu trecho do trabalho que escreveu sobre o Seminário de Fortaleza, quando de seu centenário, ao qual se referia ao padre Pedro Zingerlê, foi aprovada por unanimidade. Teve também aprovação o pedido feito pelo 2.º secretário João Hipólito para que fôsse inserta em ata moção de congratulações com o presidente Carlos Studart pela decorrência do 50.º aniversário de sua formatura em medicina.

Em seguida, o Sr. Presidente fêz oficialmente o lançamento de *Crítica e Literatura* de Rocha Lima, para cujo ato solene ali estavam os Drs. José Fernandes e Carlos d'Alge, representantes do Magnífico Reitor. Adiantou que o Instituto tinha se valido da presença no Ceará do seu consócio residente no Rio o Dr. Djacir Menezes, que havia preparado a edição, escrevendo uma introdução e anotando-a, para lançar, em caráter oficial, aquela publicação. Pediu, depois, a Djacir Menezes que dissesse alguma coisa sobre Rocha Lima e sua obra, o que foi feito sob aplausos dos presentes.

Por último, o Sr. Presidente encerrou a sessão, formulando a todos os sócios e suas exmas. famílias os melhores votos de felicidades no Natal e no ano de 69.

E, para constar, eu, João Hipólito, 2.º secretário, lavrei esta ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.